

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS
GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

JULIA MEDEIROS SILVA

**OS EFEITOS DA CRISE ECONÔMICA DE 2014-2020 SOBRE A
ESTRUTURA PRODUTIVA DO TRIÂNGULO MINEIRO E ALTO
PARANAÍBA: UMA ANÁLISE DOS PRINCIPAIS MUNICÍPIOS DA
REGIÃO**

UBERLÂNDIA -MG
2023

JULIA MEDEIROS SILVA

**OS EFEITOS DA CRISE ECONÔMICA DE 2014-2020 SOBRE A
ESTRUTURA PRODUTIVA DO TRIÂNGULO MINEIRO E ALTO
PARANAÍBA: UMA ANÁLISE DOS PRINCIPAIS MUNICÍPIOS DA
REGIÃO**

Monografia apresentada ao Instituto de Economia da
Universidade Federal de Uberlândia, como requisito
parcial à obtenção do título de Bacharel em Ciências
Econômicas.

Orientador: Prof. Me. Vitorino Alves da Silva
Co-orientador: Prof. Dr. Eduardo Nunes Guimarães

JULIA MEDEIROS SILVA

**OS EFEITOS DA CRISE ECONÔMICA DE 2014-2020 SOBRE A
ESTRUTURA PRODUTIVA DO TRIÂNGULO MINEIRO E ALTO
PARANAÍBA: UMA ANÁLISE DOS PRINCIPAIS MUNICÍPIOS DA
REGIÃO**

Monografia apresentada ao Instituto de Economia da
Universidade Federal de Uberlândia, como requisito
parcial à obtenção do título de Bacharel em Ciências
Econômicas.

BANCA EXAMINADORA:

Uberlândia, 29 de junho de 2023

Prof. Me. Vitorino Alves da Silva
Orientador

Prof. Dra. Soraia Aparecida Cardozo

Prof. Dr. Humberto Eduardo de Paula Martins

RESUMO

A região do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba (TMAP) se mostra uma região com particularidades e por isso, apresentou dinamismo econômico durante a crise de 1980. Tendo em vista a recente crise econômica nacional (2015-2022) e internacional provocada pela pandemia COVID-19 e a heterogeneidade das respostas regionais às crises, o presente trabalho visa analisar a dinâmica econômica dos municípios com as maiores populações da mesorregião: Araguari, Araxá, Frutal, Ituiutaba, Patos de Minas, Patrocínio, Uberaba e Uberlândia. Dessa maneira foi feita a revisão acerca dos teóricos do desenvolvimento regional e acerca da crise econômica brasileira, analisado o desempenho econômico dos municípios selecionados de 2010 a 2020 e por fim, feito uma breve análise a respeito dos efeitos da crise econômica sobre esses de 2014 a 2020.

Palavras chave: Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba; Desenvolvimento Regional; Crise econômica; Quociente Locacional; Economia Regional.

ABSTRACT

The region of Triângulo Mineiro and Alto Paranaíba (TMAP) demonstrates unique characteristics and, therefore, showed economic dynamism during the 1980 crisis. Considering the recent national (2015-2022) and international economic crisis caused by the COVID-19 pandemic, as well as the heterogeneity of regional responses to crises, this study aims to explore the economic dynamics of the municipalities with the largest populations in the mesoregion: Araguari, Araxá, Frutal, Ituiutaba, Patos de Minas, Patrocínio, Uberaba, and Uberlândia. Thus, a review was conducted on regional development theorists and the Brazilian economic crisis, analyzing the economic performance of the selected municipalities from 2010 to 2020, and finally, providing a brief analysis of the effects of the economic crisis on them from 2014 to 2020.

Keywords: Triângulo Mineiro and Alto Paranaíba; Regional Development; Economic Crisis; Location Quotient; Regional Economy.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Taxa Média Geométrica de Crescimento Anual da População dos Municípios Selecionados –1991, 2000, 2010 e 2022	23
Tabela 2 - Participação do PIB municipal dos municípios selecionados em relação ao PIB de Minas Gerais (em %) – 2010-2020.....	24
Tabela 3 - Participação da Agropecuária no PIB dos municípios selecionados, do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba e Minas Gerais (em %) – 2010 – 2020	26
Tabela 4 - Participação da Indústria no PIB dos municípios selecionados, do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba e Minas Gerais (em %) – 2010 – 2020	27
Tabela 5 - Participação de Comércio e Serviços no PIB dos municípios selecionados, do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba e Minas Gerais (em %) – 2010 – 2020.....	28
Tabela 6 - Variação anual do número de empregos dos municípios selecionados (em %) - 2011 – 2020	29
Tabela 7 – Variação real do PIB dos municípios selecionados, do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, Minas Gerais e Brasil (em %) – 2014 – 2020.....	31
Tabela 8 –Variação anual da quantidade de estabelecimentos em Araguari, Araxá, Frutal, Ituiutaba, Patos de Minas, Patrocínio, Uberaba e Uberlândia (em %) – 2014 – 2020	32
Tabela 9 – Variação anual do número de empregos dos municípios selecionados (em %) - 2014 – 2020	33
Tabela 10 – Variação anual do número de automóveis e motocicletas dos municípios selecionados – 2014 – 2020 (em %).....	40

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Participação setorial do emprego em Araguari (em %) - 2010, 2015 e 2020	34
Gráfico 2 – Participação setorial do emprego em Araxá (em %) - 2010, 2015 e 2020.....	35
Gráfico 3 - Participação setorial do emprego em Frutal (em %) - 2010, 2015 e 2020.....	35
Gráfico 4- Participação setorial do emprego em Ituiutaba (em %) - 2010, 2015 e 2020.....	36
Gráfico 5- Participação setorial do emprego em Patos de Minas (em %) - 2010, 2015 e 2020	36
Gráfico 6- Participação setorial do emprego em Patrocínio (em %) - 2010, 2015 e 2020.....	37
Gráfico 7- Participação setorial do emprego em Uberaba (em %) - 2010, 2015 e 2020.....	37
Gráfico 8– Participação setorial do emprego em Uberlândia (em %) – 2010, 2015 e 2020	38
Gráfico 9– Variação do número de veículos em Araguari, Araxá, Frutal, Ituiutaba, Patos de Minas, Patrocínio, Uberaba e Uberlândia – (2014 – 2020).....	39

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	9
2. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	13
2.1. REVISÃO HISTÓRICA.....	14
2.2. CRISE ECONÔMICA (2014-2021).....	17
3. METODOLOGIA.....	20
4. ECONOMIA REGIONAL DO TRIÂNGULO MINEIRO E ALTO PARANAÍBA..	22
4.1. O DESEMPENHO ECONÔMICO E DEMOGRÁFICO REGIONAL: 2010-2020.....	22
4.2. OS EFEITOS DA CRISE 2014-2020 NA ECONOMIA REGIONAL	31
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	43
ANEXO	48

1. INTRODUÇÃO

A economia brasileira é muito ampla e diversificada, haja vista suas heranças históricas espalhadas pelo seu vasto território. Mas um fator merece ser destacado: a dinâmica e representatividade do mercado interno que se formou, nas primeiras décadas do século XX, a partir de um emaranhado de interrelações socioeconômicas regionais. Por um lado a centralidade econômica da economia paulista e por outro a hierarquia funcional de um conjunto de regiões com maior ou menor integração com São Paulo (FURTADO, 1958; CASTRO, 1988; CANO, 1985 e 1997).

O advento da industrialização brasileira do pós-guerra, caracterizada por um direcionamento prioritário para atender as demandas do mercado interno, produziu uma solidariedade regional de produção e consumo. O mercado externo que explicava a dinâmica regional pretérita passou de fator determinante para coadjuvante da acumulação de capitais e ordenador do mercado de trabalho (TAVARES, 1998). É neste cenário, desenhado nos últimos 70 anos que a região do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba (TMAP) passa a ter grande relevância nas trocas econômicas e demográficas internas, além de um destacado desempenho socioeconômico no estado de Minas Gerais e no cenário nacional.

Conforme discutido em Guimarães (2010) essa região antes marginal na economia de integração com o exterior, ganhou novas funcionalidades com o fortalecimento do mercado interno nacional. Assim, a partir da industrialização brasileira dos anos 1950/60 foi consolidado um novo papel socioeconômico às diversas regiões, cujo volume e dispersão geográfica, mudaram a paisagem e função do interior do país. Mas cabendo destacar importantes vetores desta nova dinâmica econômica: a centralidade e concentração no entorno da crescente metrópole paulista e forças desconcentradoras oriundas das decisões de investimentos produtivos diretos, programas especiais e infraestrutura do Estado brasileiro. Ou seja, através dos investimentos em infraestrutura (energia, transportes e telecomunicações), reforma tributária favorável às trocas regionais e um conjunto de serviços públicos interiorizados no território nacional, foi possível erigir uma nova dinâmica regional no país (DINIZ, 1993; CANO, 2008, GUIMARÃES, 2010).

Este é o caso específico da região do Triângulo Mineiro, que desde a segunda metade do século XX experimentou um importante crescimento econômico e demográfico, que acabou se traduzindo em uma rede urbana estruturada e com forte centralidade no seu principal polo econômico: Uberlândia (IPEA, 2003; IBGE, 2016, GUIMARÃES et al, 2001). Além dos

benefícios trazidos pelo deslocamento da capital federal para o interior do país e acompanhados pelos pesados investimentos do Estado em infraestrutura, a região do Triângulo Mineiro também foi palco do grande programa público de transformação da agropecuária dos cerrados (GUIMARÃES, 1993).

A partir da década de 1980, quando a economia brasileira mergulhou em uma profunda crise econômica, ainda foi possível notar o dinamismo econômico do Triângulo Mineiro. Neste momento, algumas poucas regiões ainda continuavam a experimentar dinamismo econômico, em grande medida identificados com os estímulos do mercado externo. Para estas regiões começou-se a formar um entendimento acerca de seus respectivos descolamentos da dinâmica do mercado interno e uma nova força de propulsão externa. Para estas regiões foi cunhada a expressão de ilhas de prosperidade (PACHECO, 1998). O caso do Triângulo Mineiro também representou uma ilha de prosperidade, haja vista os seus incrementos econômicos e demográficos do período 1980-2000. No entanto, não é possível creditar este desempenho aos estímulos do mercado externo. A economia do Triângulo Mineiro desenvolveu um setor primário e agroindustrial de exportação, mas tem na dinâmica do mercado interno sua principal força motriz.

Uma análise do desempenho regional na primeira década do século XX revela que embora a região não seja uma área com grande densidade demográfica, em termos de crescimento da população, foi a mesorregião mineira com o maior incremento entre 2000 e 2010, e uma das maiores no Sudeste, o que evidencia o dinamismo do local. Ou seja, considerando que o crescimento vegetativo da população não é um fator decisivo, assume-se a capacidade de atrair migrantes como uma referência importante do desempenho econômico regional. No entanto, a distribuição da população não é uniforme, com um grupo de sete municípios que formam a rede urbana principal, onde a taxa média de urbanização ultrapassa os 90% (BERTOLUCCI, 2017). Além disso, a região se destaca devido aos seus elevados indicadores socioeconômicos, como IDH, IDH Educação, IDH Longevidade e IDH Renda, demonstrados por Diniz e Boschi (2002).

Isso se deve a uma combinação de fatores naturais e, principalmente de condições criadas pelo homem através do desenvolvimento de um ambiente de negócios amplo e diversificado. A qualidade do solo, topografia favorável, clima e abundância hídrica aliado aos investimentos em pesquisas e programas públicos de fomento proporcionaram o desenvolvimento da atividade agropecuária, enquanto a presença de minerais viabilizou a atividade extrativa. Não só isso, mas a região foi favorecida por infraestruturas de transportes e

de energia, além de uma rede de telecomunicações e estrutura industrial e de serviços avançada (GUIMARÃES, 2010).

Assim sendo, pode-se concluir que a mesorregião do Triângulo Mineiro apresenta uma estrutura produtiva bastante diversificada, articulando atividades do setor produtivo primário com processamento agroindustrial e um setor de comércio e serviços dinâmico, formado por atividades de pesquisa e educação, saúde, telecomunicações, vendas por atacado e varejo emaranhados em uma logística singular. Neste último aspecto cabe destacar a inserção do Triângulo Mineiro nos principais espaços de integração econômica de São Paulo com o conjunto das demais áreas do território nacional, principalmente com o Centro-Oeste e fronteiras norte e nordeste.

Tendo em vista a recente crise econômica nacional (2015-2022) e internacional provocada pela pandemia COVID-19, o trabalho visa realizar uma análise da dinâmica recente da economia regional, com foco nos principais municípios em termos de tamanho de população e produto para avaliar os possíveis impactos da crise na dinâmica regional.

Assim selecionou-se os municípios de Araguari, Araxá, Frutal, Ituiutaba, Patos de Minas, Patrocínio, Uberaba e Uberlândia, os quais, em conjunto representam 72% do PIB regional em 2020 e 71% da população total da região em 2022. O objetivo é compreender os impactos de uma crise econômica nacional em uma região com dinâmica econômica particular e evidenciar cenários para a estrutura produtiva regional diante da eclosão da recessão econômica. É relevante o estudo desses municípios uma vez que se trata de uma região, conforme percurso histórico, que foi capaz de manter seu dinamismo mesmo que o país estivesse sofrendo com crises, como ocorreu durante os anos 1980.

Portanto, este estudo pode ajudar na formatação de políticas públicas no âmbito dos municípios e ajudar na tomada de decisões de investimento no espaço regional.

O trabalho busca responder quais os efeitos da crise que teve início em 2014 e da pandemia de Corona Vírus em 2020 na estrutura produtiva dos municípios de Araguari, Araxá, Frutal, Ituiutaba, Patos de Minas, Patrocínio, Uberaba e Uberlândia, visto que há influência tanto da economia interna, sobretudo nas atividades ligadas a serviços, quanto da externa, a qual tem importância sobre a agropecuária e extrativismo mineral, nesses municípios.

Dessa forma, o objetivo geral é analisar os efeitos da crise recente e seus impactos na estrutura produtiva dos municípios já citados. A fim de alcançar esse objetivo foram estipulados objetivos específicos. São eles: uma revisão da crise econômica em questão; o levantamento de dados econômicos que mostrem como era a estrutura produtiva dos municípios no período pré-

crise e como está atualmente e, por fim, a avaliação do impacto das crises sobre os diferentes setores econômicos nos principais municípios da região.

2. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

A economia regional busca compreender o estabelecimento de atividades econômicas em determinados lugares. Tendo isso em vista, alguns autores buscaram desenvolver teorias acerca do desenvolvimento regional com a ênfase em fatores de aglomeração (CRUZ et al., 2011).

Conforme abordado em Cruz et al (2011) desde o século XIX surgiram estudos voltados à caracterização da organização espacial da economia. Estes autores, conhecidos como responsáveis pela formulação da teoria da localização industrial, buscavam explicar os fatores determinantes do ordenamento econômico do espaço. De forma bem simplificada pode-se dizer que estes autores, com distintas abordagens, privilegiaram as variáveis “distância” e “custos de transportes” como os elementos decisivos para a tomada de decisão de investimento no espaço e, conseqüentemente, para a formação das suas centralidades

Quando aborda-se autores de referência na formação da teoria macroeconômica encontra-se Alfred Marshall, cujos trabalhos ajudaram a destacar a importância da aglomeração como um elemento relevante para implantação de novas atividades. Segundo o autor, existem benefícios como viabilidade da existência de fornecedores de insumos em maior escala, além de aumentar a oferta de mão de obra qualificada e a troca de conhecimento entre empresas do mesmo setor (CRUZ et al., 2011). Segundo Marshall (1890) é possível notar que nos ambientes onde concentram empreendimentos emergem efeitos positivos de externalidades que transcendem as ações individuais das empresas e, desta forma, ajudam na produtividade do conjunto das atividades econômicas ali localizadas.

Nas décadas que seguiram o pós-guerra (1939-45) a preocupação com o desenvolvimento regional ganhou mais relevância nos estudos de economia. Dentre estes autores, que passaram a formar a teoria do desenvolvimento regional, uma grande contribuição é atribuída a Perroux (1950 e 1966), que ajudou a colocar em evidência as chamadas forças econômicas de polarização regional, presente na sua teoria dos polos de crescimento regional.

Os autores da teoria do desenvolvimento regional (Perroux, Myrdal, Hirschman, North e outros) buscavam evidenciar que o desenvolvimento não ocorre ao mesmo tempo e em todos os lugares. Pelo contrário, que o desenvolvimento ocorre sob formas assimétricas e, quando prospera em determinados lugares criam forças centrípetas e centrífugas, interferindo em todo o plano espacial. Neste sentido, a aglomeração é ressaltada por Perroux (1966), o qual a considera importante para a compreensão do desenvolvimento regional. Segundo o autor, o

crescimento não se dá de forma homogênea, mas em polos de crescimento. A formação desses polos é determinado pelas indústrias chaves e motrizes, aquelas capazes de impulsionar a expansão de outras indústrias, as indústrias movidas, ao promover seu próprio crescimento.

Myrdal (1965) compartilha da visão de heterogeneidade do crescimento, no entanto, para ele, há um processo de Causação Circular Cumulativa, em que regiões com crescimento econômico apresentam um círculo virtuoso, enquanto nas economias em estagnação, o círculo vicioso se faz presente. Para este autor um dos grandes dilemas da economia era formular políticas capazes de transmitir o desenvolvimento de zonas prósperas para zonas atrasadas.

Além disso, o autor destaca os efeitos regressivos e efeitos propulsores do crescimento de uma região desenvolvida sobre outras em seu entorno. Os efeitos regressivos são aqueles que ao beneficiar a região desenvolvida, geram adversidades para o seu entorno, tendendo a aumentar as disparidades entre as regiões, ao passo que o chamado efeito propulsor promove uma relação de ganha-ganha, embora ainda haja uma disparidade entre as regiões.

Assim como os demais autores, Hirschman (1977) reforça a desigualdade do crescimento, embora a veja como essencial para o desenvolvimento, já que um desequilíbrio poderia estimular o crescimento econômico ao requerer um novo investimento. O autor também aponta a transmissão inter-regional do desenvolvimento, a qual acarretará em efeitos de fluência, favoráveis à região menos desenvolvida, e de efeitos de polarização, prejudiciais.

Não só isso, mas Hirschman também destaca os efeitos para frente (*forward linkages*) e para trás (*backward linkages*) de um setor, que no primeiro é resultado da oferta de insumos para um setor a jusante e no segundo da demanda ao setor a montante.

Já North (1977) reforça a singularidade do desenvolvimento de cada região e salienta a relevância do contexto histórico para sua compreensão. Além disso, com a teoria da base de exportação, o autor aponta que a exportação (para fora da região e não necessariamente para o exterior) é o principal elemento indutor do crescimento econômico regional. A atividade exportadora, por sua vez, levaria ao crescimento da renda e, conseqüentemente, ao crescimento dos setores secundários e terciários em uma região. Esta ideia de North é similar à proposição de Perroux sobre o papel das indústrias chaves e as indústrias movidas.

2.1. REVISÃO HISTÓRICA

Para analisar a dinâmica da economia regional à luz do desempenho dos seus principais

municípios diante da crise econômica que teve início em 2014 e se segue até os dias atuais, é importante a contextualização do cenário macroeconômico brasileiro que antecedeu a crise.

No período de 2005 a 2010, durante o Governo Lula, o país passou por uma fase que é reconhecida pelo elevado crescimento econômico acompanhado da redução das desigualdades sociais e regionais, com aumento real de salários, de empregos e de investimentos, uma inflação menor e queda da dívida pública e dívida externa (CARVALHO, 2018).

Esse crescimento foi inicialmente impulsionado pelo cenário externo favorável, com a expansão da economia chinesa e da crescente demanda por commodities. Mas entre os anos de 2006 e 2010, o principal motor da economia brasileira passa a ser o mercado interno, o qual foi acompanhado pelo boom das commodities (CARVALHO, 2018).

O mercado interno foi impulsionado pelo Estado, por meio da adoção de políticas sociais e de um programa de investimentos, o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), lançado em 2007. Esse tinha como objetivo superar entraves para o crescimento econômico, aumentar a produtividade e mitigar desigualdades sociais e regionais por meio da expansão do investimento em infraestrutura.

As ações foram baseadas em investimentos com participação de empresas estatais e bancos públicos, incentivos tributários e financeiros ao setor privado, estabelecimento de diretrizes para garantir a defesa da concorrência e segurança jurídica, e manutenção da responsabilidade fiscal (JARDIM e SILVA, 2015).

O PAC focou principalmente nos segmentos de energia, logística e infraestrutura social e urbana. No âmbito energético, foram realizados investimentos significativos em geração e transmissão de energia, abrangendo tanto fontes renováveis quanto não renováveis. Em relação à logística, os investimentos foram direcionados para melhorias em rodovias, ferrovias, portos, aeroportos, hidrovias e marinha mercante. Quanto à infraestrutura social e urbana, foram alocados recursos para importantes projetos, tais como o Luz para Todos, o Programa Minha Casa Minha Vida, iniciativas direcionadas ao saneamento básico e recursos hídricos, além da expansão de sistemas de metrô.

Políticas vigentes na época que visavam a redução da desigualdade social e ampliação do consumo também fomentaram o mercado interno. O principal instrumento foi o Bolsa Família um programa de transferência de renda que unificou e ampliou o escopo de programas já existentes, o Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Auxílio Gás e Fome Zero.

O Bolsa Família também promovia a educação e saúde por meio de suas contrapartidas, dessa forma, o programa não só tinha como objetivo mitigar a pobreza a curto prazo, mas

também romper o ciclo ao investir em capital humano.

Além disso, foram adotadas políticas de valorização real do salário mínimo, que não só ampliavam a renda do trabalho, mas também ampliavam os benefícios advindos da Seguridade Social e políticas de acesso ao crédito a população.

Em suma, os investimentos decorrentes do PAC em conjunto com a ampliação do consumo das famílias, promovido por políticas de distribuição de renda e acesso ao crédito, contribuíram para o dinamismo do mercado interno (JARDIM e SILVA, 2015).

Diante desse cenário de crescimento da economia brasileira, Cardozo (2019) afirma que o Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba apresentou expansão do emprego industrial, embora esse esteja concentrado nos polos e a indústria da região apresente baixo grau de diversificação.

De acordo com Gomes (2019), o mercado de trabalho se expandiu em diversos municípios da região do TMAP, a população em busca de trabalho e a oferta de empregos apresentaram crescimento no período de 2000 a 2010. Assim, houve o aumento de trabalhadores formais e a queda da taxa de desocupação da região, chegando a níveis menores que de Minas Gerais e do Brasil.

Além disso, houve uma mudança na composição setorial da ocupação no TMAP durante o período analisado. A atividade agropecuária embora não tenha apresentado queda no número de ocupados perdeu participação na composição dos empregados, tanto devido a um aumento de produtividade decorrente da modernização da agricultura, quanto devido ao aumento de trabalhadores nas demais atividades econômicas, sobretudo em construção civil, indústria de transformação e serviços. O aumento do emprego no setor de construção civil na região vai ao encontro do programa nacional que promovia a infraestrutura e habitação (GOMES, 2019).

No entanto, esse crescimento orientado pelo mercado interno passa a apresentar seus limites, sendo um deles o baixo dinamismo da indústria nacional, de maneira que o consumo interno passou a ser atendido pelo mercado externo na forma de importações (CARVALHO, 2018).

Assim, a partir de 2011 a economia brasileira apresenta uma desaceleração no seu ritmo de crescimento. Para impulsionar o crescimento, é implementada a “Nova Matriz Econômica”, a qual consistia em fomentar o desenvolvimento industrial e incentivar o setor privado por meio da redução de custos das empresas nacionais, como a redução da taxa de juros, a desvalorização do real, as desonerações tributárias e créditos a juros mais baixos (CARVALHO, 2018).

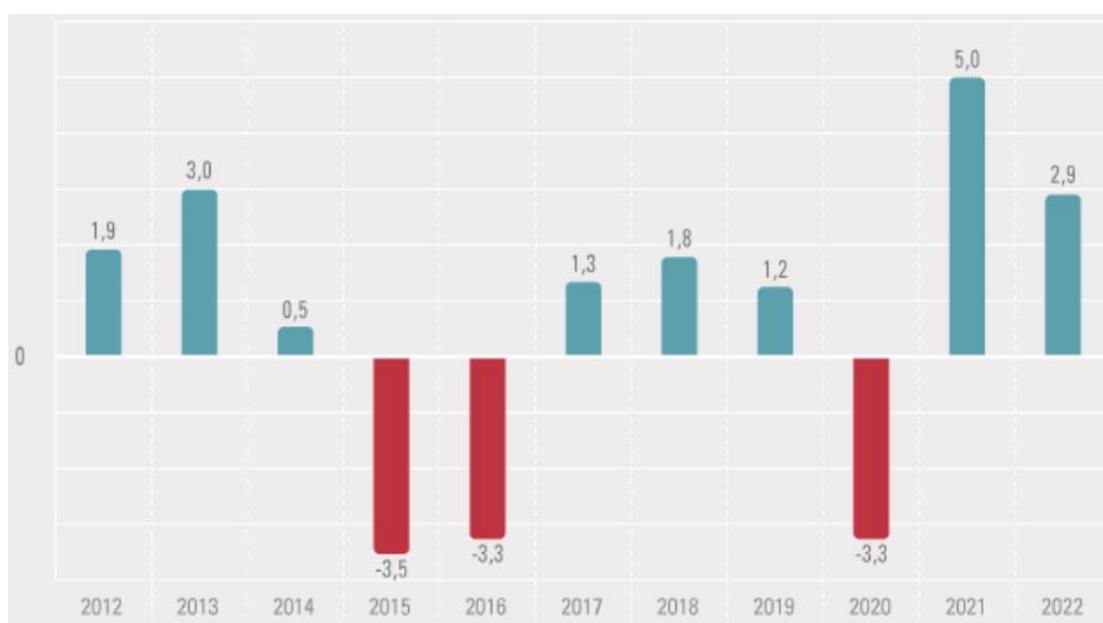
Essas medidas foram pouco eficazes para estimular o crescimento, tanto por não terem sido capazes de ampliar o investimento privado, quanto por dificultarem a estabilização da dívida

pública, além disso, a desvalorização do real prejudicou a manutenção da inflação dentro das metas (CARVALHO, 2018).

2.2. CRISE ECONÔMICA (2014-2021)

Em 2014, tem-se o início da crise econômica no Brasil, marcada pela queda no consumo, investimento e exportações (CARVALHO, 2018).

Imagem 1 – Variação do PIB brasileiro – 2012 a 2022 (em %)



Fonte: IBGE(2023)

Vários fatores são apontados como responsáveis por essa desaceleração, incluindo o esgotamento do ciclo de crescimento anterior, a política econômica ineficaz, fatores políticos como as manifestações de 2013 e a incerteza eleitoral em 2014, questões internacionais como a perspectiva de retirada de estímulos econômicos pelos EUA e a queda nos preços das commodities, bem como fatores institucionais ou jurídicos, como o avanço da operação Lava Jato, que afetou setores estratégicos da economia brasileira (ROSSI e MELLO, 2017; BNDES 2018).

Em virtude da fragilidade da economia brasileira, em 2015 são adotadas políticas fiscais recessivas com cortes de investimentos públicos, reajuste de preços que vinham sendo represados até então, elevação da taxa básica de juros e desvalorização cambial. Com isso, há um aumento na inflação, contribuindo para a queda do salário real. (CARVALHO, 2018;

ROSSI e MELLO, 2017).

Aliada à perda de poder de compra do trabalhador, a elevação do desemprego contribuiu para a redução no consumo das famílias, o qual era tido como principal motor do crescimento econômico brasileiro no momento (ROSSI e MELLO, 2017).

A partir de 2016, são adotadas políticas de cunho neoliberal também voltadas para a austeridade, com reformas liberalizantes, privatizações, política monetária conservadora, política fiscal contracionista e política cambial mais flexível e abertura comercial (OREIRO e DE PAULA, 2019; ROSSI e MELLO, 2017).

No período de 2017 a 2019 a economia brasileira dá sinais de estagnação, ao apresentar crescimento a um ritmo lento, com taxas médias de apenas 0,98% a.a. e recuperação lenta do nível de emprego (OREIRO e DE PAULA, 2019).

Vários fatores conjunturais e estruturais contribuíram para essa situação, incluindo políticas econômicas contracionistas, queda na oferta de crédito, endividamento elevado das famílias e das empresas, inviabilidade de utilizar a política fiscal como instrumento anticíclico devido ao teto de gastos públicos, e a deterioração da economia internacional. Além disso, a histerese do crescimento e a desindustrialização prematura da economia também foram fatores estruturais que afetaram a economia (OREIRO e DE PAULA, 2019).

Em 2020, é deflagrada a pandemia de coronavírus. Tendo em vista evitar a contaminação da população, foram adotadas medidas de distanciamento social, o que impactou negativamente tanto na oferta produtiva e prestação de serviços, quanto na demanda (DE PAULA, 2021).

As políticas de austeridade adotadas recentemente no Brasil, incluindo o teto de gastos em saúde e a diminuição do investimento em pesquisa e desenvolvimento, tornaram a população mais vulnerável durante a pandemia. Esse impacto foi ainda maior para as minorias, já que medidas preventivas, como higiene das mãos e distanciamento social, são limitadas. Além disso, o discurso negacionista do então governo contribuiu para o agravamento da pandemia, uma vez que desestimulou a adoção de medidas de prevenção e a disseminação de informações científicas confiáveis.

Tendo em vista conter os efeitos da pandemia, o governo inicialmente adotou medidas contracíclicas que se mostraram ineficientes e após apelo da população e iniciativa do Congresso Nacional, implementou um programa de transferência de renda, o Auxílio Emergencial. Além disso, foi viabilizado o aumento de gastos para enfrentamento da crise, o “orçamento de guerra” em maio de 2020 (DE PAULA, 2021).

Ao analisar as políticas adotadas para mitigar os efeitos da pandemia no âmbito econômico, Bresser-Pereira (2021) avalia que o auxílio emergencial foi elevado e abrangente, sendo capaz de reduzir a pobreza. No entanto, não houveram políticas públicas eficientes acerca da preservação do emprego formal.

Em 2021, é retomado o crescimento do PIB, puxado principalmente pelos setores de serviços, impulsionado pelo avanço da vacinação contra a COVID-19, e indústria (IBGE, 2023). A grande evolução também se deve à comparação com 2020, quando houve forte queda devido à pandemia.

Em resumo, o Brasil passou por uma fase marcada por crescimento econômico e redução do desemprego nos anos 2000, a qual foi possibilitada por políticas públicas. No entanto, a partir de 2011, ocorre a desaceleração e ao final de 2014, o início da crise econômica. Nos anos de 2015 e 2016, conforme a Imagem 1, há decréscimo do PIB e em decorrência da retração econômica tem-se o aumento do desemprego e redução da formalidade no mercado de trabalho. Nos anos seguintes há uma lenta retomada do crescimento, indicando uma semiestagnação do país até que em 2020 a pandemia de COVID-19 impacta negativamente a economia brasileira, levando à paralisação das atividades devido à necessidade de distanciamento social. Em 2020, há sinais de retomada de crescimento da economia, com o avanço da vacinação.

Embora o país tenha sido afetado pela crise, é importante ressaltar que os impactos não foram uniformes em todos os setores. Durante os anos de 2015 e 2016, os setores mais atingidos foram a construção civil e a indústria, enquanto em 2020 o comércio foi o principal setor afetado. Além disso, conforme apontado pelos teóricos do desenvolvimento regional, a crise afeta de maneira heterogênea as diferentes regiões do país. Portanto, é importante analisar as respostas regionais distintas diante dessa conjuntura, levando em consideração as particularidades regionais.

3. METODOLOGIA

Os municípios de Araguari, Araxá, Frutal, Ituiutaba, Patos de Minas, Patrocínio, Uberaba e Uberlândia foram selecionados por serem os mais populosos da mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba na prévia do Censo 2022, somando 70,7% da população da região, além de juntos possuírem 72% do PIB do TMAP em 2020.

Para o estudo da população serão utilizados os dados fornecidos pelas Séries Temporais do Censo Demográfico de 2010 para os anos de 1991, 2000 e 2010 e a Prévia da População dos Municípios com base nos dados do Censo Demográfico de 2022, fornecida pelo IBGE, visto que até o presente momento não foram disponibilizados os resultados oficiais da pesquisa¹. Por meio desses dados, foi calculada a taxa de crescimento geométrico populacional para cada intervalo de anos, a qual é dada pela expressão:

$$Tg = \left(\frac{Pn}{Po}\right)^{\frac{1}{n}} - 1 \times 100$$

Na qual, Tg corresponde à Taxa de Crescimento Geométrico, Pn representa a população ao final do período, Po é a população no início do período e n a quantidade de anos no período em questão. A taxa geométrica deixa claro os diferentes ritmos de crescimento/decrescimento demográfico, colocando em evidência aqueles municípios com maior capacidade de atração de migrantes, seja pelas oportunidades econômicas, seja pelas oportunidades sociais. Considerando que a taxa de crescimento vegetativo é decrescente no país como um todo, nota-se que aqueles municípios com maior capacidade de atrair pessoas devem apresentar uma taxa de crescimento geométrico diferenciado em relação ao comportamento médio do conjunto dos municípios.

Para a análise da economia desses municípios, serão utilizados o Produto Interno Bruto (PIB) e Valor Adicionado Bruto por Atividade Econômica no período de 2010 a 2020 (IBGE, 2021). Para estimar a variação do PIB no período, os valores foram deflacionados pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) a preços de dezembro de 2020. Os dados do PIB total e desagregado é a medida mais ampla de desempenho das atividades econômicas, ajudando a revelar a dinâmica macroeconômica.

Também foram utilizados dados sobre emprego e estabelecimentos do período de 2013 a 2020 (RAIS, 2023), os dados sobre emprego foram segmentados pela classificação IBGE Subsetor para elaboração da medida de especialização regional chamada Quociente Locacional

¹ - Essa Monografia foi finalizada antes da divulgação dos dados preliminares do Censo 2023 pelo IBGE.

(QL).

Por meio desse índice, é possível identificar se o setor tem uma participação maior no município em comparação à participação que esse mesmo setor tem no país, no estado ou na região, dependendo da escolha do denominador de referência mais adequado (CRUZ et al., 2011). Seu cálculo é feito por meio da seguinte equação:

$$QL_{ki} = \frac{\frac{E_{ki}}{E_i}}{\frac{E_k}{E}}$$

Em que E_{ki} corresponde ao emprego no setor k na região i , E_i representa o emprego total na região i , E_k é o emprego no setor k em todo o país e E o emprego em todos os setores em todo agregado regional previamente definido. Lembrando que a região i pode ser definida como um município ou um agregado de municípios que se queira observar o desempenho.

Quando o Quociente Locacional apresenta um valor acima de 1, indica que a região é mais especializada no setor do que o agregado regional como um todo, entretanto um valor acima de 1 só é relevante quando aquele setor de atividade apresenta um peso representativo na região analisada. Por outro lado, se apresenta um valor menor do que 1, significa que o setor tem menos participação na região do que no agregado (CRUZ et al., 2011).

Além disso, foi utilizado também dados sobre a composição da frota de 2010 a 2020 (DENATRAN, 2020).

4. ECONOMIA REGIONAL DO TRIÂNGULO MINEIRO E ALTO PARANAÍBA

A região do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, localizada no estado de Minas Gerais, destaca-se como uma importante área de influência econômica no contexto regional. O presente capítulo tem como objetivo analisar o desempenho econômico e demográfico regional durante o período de 2010 a 2020, assim como os efeitos da crise econômica que assolou o país no período de 2014 a 2020 sobre a economia regional.

4.1. O DESEMPENHO ECONÔMICO E DEMOGRÁFICO REGIONAL: 2010-2020

Tendo em vista a heterogeneidade das respostas regionais à crise econômica, é fundamental realizar um estudo aprofundado do desempenho econômico do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, uma região que apresenta particularidades relevantes. A região é marcada pela sua integração com o estado de São Paulo, o que estabelece uma dinâmica econômica e comercial específica. Além disso, destaca-se a importância do setor agrícola, com a formação de complexos agroindustriais que impulsionam a economia local por meio das exportações. É relevante também considerar o desenvolvimento do setor de serviços modernos, que tem se expandido na região, agregando valor e impulsionando a diversificação econômica. Diante desse contexto, surge o questionamento: como a crise econômica analisada teria impactado a dinâmica econômica dessa região singular? É necessário compreender os efeitos específicos e as possíveis transformações socioeconômicas decorrentes dessa conjuntura adversa.

O TMAP se localiza na porção oeste de Minas Gerais e possui fronteiras com os estados de São Paulo e Goiás, dessa forma, se posiciona de maneira estratégica entre o centro econômico do país e o centro político. A região é composta por 66 municípios, os quais possuíam em 2010 cerca de 2,1 milhões de habitantes em 2022 aproximadamente 2,5 milhões. Em 2020, o PIB registrado foi de R\$113 milhões, o que correspondeu a 16,6% do PIB de Minas Gerais, sendo os principais setores de atividade da região a agropecuária e indústrias voltadas para o processamento e beneficiamento dos produtos advindos do setor agrícola, com destaque a cana-de-açúcar, café, soja e pecuária.

Os municípios de Araguari, Araxá, Frutal, Ituiutaba, Patos de Minas, Patrocínio, Uberaba e Uberlândia foram selecionados para a análise por possuírem as maiores populações dentro da mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, sendo o mais populoso o município de Uberlândia. Os habitantes dos municípios selecionados correspondiam a 70,7%

do TMAP e a 8,4% de Minas Gerais em 2022 (IBGE, 2022).

A região do TMAP apresentou taxa de crescimento populacional anuais superiores às demais mesorregiões mineiras no período de 2000 a 2010 (BERTOLUCCI, 2017). Ao analisar a população dos municípios no período de 1990 a 2022, todos os municípios selecionados contaram com ganho populacional, embora a taxa geométrica de crescimento revele que esse tenha desacelerado em relação ao período de 1991 a 2010 (Tabela 1), conforme a tendência do estado de Minas Gerais e do conjunto do país.

Contudo, municípios como Araguari, Araxá, Frutal, Patos de Minas e Uberaba não só apresentaram a taxa geométrica de crescimento populacional maior do que o estado de Minas Gerais, como apresentaram reversão da desaceleração quando comparadas as taxas de 2000/2010 e 2022/2010, provavelmente devido à migração de pessoas de municípios menores no entorno.

É possível destacar que o município de Uberlândia (MG) apresentou taxas de crescimento anuais superiores ao do próprio estado de Minas Gerais, embora tenha apresentado também a desaceleração do ritmo de crescimento ao longo de todo o período. Uberlândia, possui uma Taxa de Fecundidade Total de 1,7 filho por mulher em idade reprodutiva, portanto abaixo do nível de reposição (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2020), ainda que esse possa ser um dos motivos para a desaceleração do crescimento, a perda de força do processo migratório também contribui para esse cenário.

Tabela 1 - Taxa Média Geométrica de Crescimento Anual da População dos Municípios Selecionados –1991, 2000, 2010 e 2022

Município	Tx cresc 2000/91	Tx cresc 2010/00	Tx cresc 2022/10
Araguari	1,114	0,742	0,842
Araxá	1,229	1,718	1,838
Frutal	1,177	1,392	1,465
Ituiutaba	0,521	0,872	0,020
Patos de Minas	1,868	1,137	1,167
Patrocínio	1,872	1,209	0,906
Uberaba	1,754	1,620	1, 623
Uberlândia	3,164	1,883	1,539
Minas Gerais	1,295	0,907	0,470

Fonte: Elaboração própria com base no Censo demográfico 2010 (Séries temporais) - IBGE e Prévias da População dos Municípios com base nos dados do Censo Demográfico 2022 coletados até 25/12/2022

Apesar da migração se colocar como um grande fator para a taxa de crescimento demográfico uberlandense, devido à forte influência sobre os demais na sua proximidade, o processo migratório no país tem perdido força ao longo dos anos, exceto em algumas áreas de fronteira e periferias de grandes metrópoles. É importante salientar que a desaceleração do crescimento demográfico não indica necessariamente perda de dinamismo econômico.

No que diz respeito ao Produto Interno Bruto (PIB), o TMAP é a segunda mesorregião que mais contribui para o PIB do estado de Minas Gerais, apesar de sua população ser a terceira maior dentro do estado, o que reforça a importância econômica da região (OLIVEIRA, 2017).

O Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba se faz uma região relevante dentro do estado devido ao dinamismo tanto do seu setor agropecuário, quanto da indústria e do comércio, que possibilita a formação de "complexos agroindustriais" (OLIVEIRA, 2017).

No período de 2010 a 2018, o estado de Minas Gerais passou por três fases: a recuperação da atividade econômica após a crise internacional de 2008, seguida pela recessão de 2014-2016 e finalmente uma fraca retomada do crescimento em 2017-2018 (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2021). No entanto, em 2020, com a deflagração da pandemia de COVID-19, essa retomada é abalada.

A região do TMAP teve sua participação crescente no estado até o ano de 2016, demonstrando um desempenho do PIB maior que de Minas Gerais, contudo, no período de 2017 a 2019, há uma queda e recuperação no ano seguinte.

Tabela 2 - Participação do PIB municipal dos municípios selecionados em relação ao PIB de Minas Gerais (em %) – 2010-2020

Município/Ano	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Araguari	0,6%	0,6%	0,6%	0,6%	0,6%	0,7%	0,7%	0,7%	0,8%	0,8%	0,9%
Araxá	0,7%	0,7%	0,9%	0,9%	0,9%	0,9%	0,9%	0,9%	1,0%	1,0%	0,9%
Frutal	0,2%	0,2%	0,2%	0,3%	0,3%	0,3%	0,3%	0,3%	0,3%	0,3%	0,3%
Ituiutaba	0,5%	0,5%	0,5%	0,5%	0,5%	0,5%	0,5%	0,5%	0,5%	0,5%	0,5%
Patos de Minas	0,6%	0,6%	0,6%	0,6%	0,7%	0,7%	0,8%	0,8%	0,8%	0,8%	0,8%
Patrocínio	0,4%	0,4%	0,4%	0,4%	0,4%	0,4%	0,5%	0,5%	0,5%	0,4%	0,5%
Uberaba	2,1%	2,0%	2,1%	2,2%	2,2%	2,4%	2,5%	2,3%	2,4%	2,4%	2,5%
Uberlândia	5,4%	4,9%	5,2%	5,3%	5,5%	5,7%	6,0%	5,9%	6,1%	5,8%	5,5%
TMAP (MG)	14,7%	14,5%	14,9%	14,7%	15,1%	16,0%	16,8%	16,4%	16,6%	16,3%	16,6%
MG	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%

Fonte: Elaboração própria com base no IBGE (2021)

Ao analisar o conjunto de municípios selecionados nesse mesmo período, é possível observar uma crescente participação no PIB do estado, especialmente no período de 2014 a 2016, quando se tem o início da crise econômica brasileira. É válido ressaltar que o município de Uberlândia tem seu papel de polo reforçado pela sua participação superior às demais cidades analisadas, ainda que no período de 2019 a 2020 tenha sido o município que mais perdeu peso na composição do PIB de Minas Gerais.

Os municípios selecionados tiveram suas participações no PIB mineiro crescentes até o ano de 2019. Em 2020, os municípios de Araxá e Uberlândia perdem peso no PIB estadual, enquanto os demais municípios tem a participação estável ou crescente.

Para caracterizar melhor a atividade econômica dos municípios selecionados, entende-se que é relevante analisar a contribuição dos setores agropecuário, industrial, de comércio e serviços² para o PIB de cada um deles.

A agropecuária no TMAP é de grande importância, não só para os municípios que o compõe, como para o próprio estado, visto que a região possui a maior participação no Valor Adicionado do setor em Minas Gerais (OLIVEIRA, 2017).

É relevante destacar a importância da agropecuária para alguns municípios da região, visto que ocorrem grandes eventos agropecuários, como feiras e exposições, os quais influenciam também o dinamismo do setor de serviços e comércio.

Além disso, há formação de Complexos Agroindustriais (CAIs), em que as atividades agrícolas estão interligadas à indústria. Isso se deve ao incentivo do Estado ao estabelecimento de grandes empresas do agronegócio na região, à logística que favorece a circulação de mercadorias e à conexão entre a economia urbana e o campo (SANTOS, 2019).

Conforme a Tabela 3, é possível verificar que a região tem uma participação maior da agropecuária na composição de seu PIB quando comparada à participação do setor no PIB do estado, ressaltando que alguns municípios não têm tanta expressão dessa atividade, como Uberlândia que possui uma economia mais diversificada e Araxá, visto que a própria dimensão territorial é um fator limitante da produção agropecuária (LEITE, 2020). A região do TMAP se destaca especialmente no cultivo e processamento de grãos, café, cana-de-açúcar e na criação de bovinos tanto para corte como para leite.

Também é possível perceber que a agropecuária se faz mais importante em alguns municípios, como Frutal e Patrocínio, tendo em vista a maior participação do setor na

² O PIB é composto pelos setores de Agropecuária, Indústria, Comércio e Serviços, Administração Pública e Impostos.

composição do PIB municipal, isso porque não possuem a economia tão diversificada como os demais.

Além disso, de 2017 a 2019 ocorreu uma perda relevante da participação da atividade agropecuária na composição do PIB na maior parte dos municípios, assim como na região como um todo e no estado. No entanto, em 2020, o setor volta a ganhar peso na composição, não só pela melhora do desempenho do setor, mas também em razão da perda de participação de Comércio e Serviços

Tabela 3 - Participação da Agropecuária no PIB dos municípios selecionados, do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba e Minas Gerais (em %) – 2010 – 2020

Município/ Ano	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Araguari	7,5%	12,0%	10,4%	6,5%	8,1%	6,0%	9,1%	6,5%	5,5%	3,7%	5,7%
Araxá	2,0%	3,0%	1,7%	1,6%	1,6%	1,5%	2,0%	1,7%	1,5%	1,2%	2,1%
Frutal	15,4%	22,0%	17,9%	17,0%	16,4%	13,7%	16,9%	15,1%	14,3%	12,8%	12,9%
Ituiutaba	4,7%	7,0%	4,7%	4,5%	4,3%	4,4%	5,5%	6,6%	6,3%	5,8%	7,9%
Patos de Minas	7,5%	9,2%	7,4%	7,2%	6,6%	6,3%	6,7%	6,4%	5,1%	5,3%	8,2%
Patrocínio	16,6%	16,8%	17,8%	12,1%	17,5%	11,6%	21,0%	14,7%	13,0%	10,1%	18,5%
Uberaba	5,5%	6,0%	6,1%	5,3%	5,0%	3,9%	5,7%	5,9%	4,1%	3,6%	5,1%
Uberlândia	1,9%	1,8%	1,7%	1,7%	1,5%	1,6%	1,7%	1,4%	1,3%	1,4%	1,9%
TMAP	10,0%	12,8%	11,6%	10,3%	9,6%	8,1%	10,6%	9,6%	8,5%	7,5%	10,6%
MG	4,9%	5,9%	5,8%	4,9%	4,9%	4,7%	6,1%	5,0%	4,6%	4,1%	5,9%

Fonte: Elaboração própria com base no IBGE (2021)

No que diz respeito à indústria, a mesorregião do TMAP é a segunda mais relevante para Minas Gerais, atrás apenas da Região Metropolitana de Belo Horizonte (OLIVEIRA et al, 2019). É possível perceber que durante o período analisado, o TMAP teve maior participação do setor em seu PIB do que Minas Gerais, exceto em 2013 e 2014.

Devido à formação de CAIs na região, grande parte das empresas são direcionadas ao beneficiamento e processamento de produtos advindos da agropecuária.

O principal segmento no TMAP do setor é de produtos alimentícios, cuja intensidade tecnológica é considerada baixa. Todavia, a produção de álcool e de produtos químicos, setores com maior intensidade tecnológica, vêm ganhando participação no período mais recente (OLIVEIRA et al, 2019).

A participação da indústria no PIB do TMAP e de Minas Gerais foi reduzindo ao longo dos anos, conforme a teoria de desindustrialização brasileira. Entretanto, a participação do setor na maior parte dos municípios analisados foi crescente no período de 2010 a 2020.

A indústria é mais relevante para alguns municípios, com um maior peso na composição de seus PIB, como os municípios de Araguari, Araxá, Ituiutaba e Uberaba, os quais em 2020 apresentavam participação do setor no PIB superior à região do TMAP como um todo.

Tabela 4 - Participação da Indústria no PIB dos municípios selecionados, do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba e Minas Gerais (em %) – 2010 – 2020

Município/ Ano	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Araguari	38,3%	32,9%	36,0%	33,7%	34,7%	38,7%	34,4%	36,2%	38,7%	42,4%	42,4%
Araxá	33,8%	34,8%	41,1%	40,3%	39,4%	37,5%	32,0%	32,4%	38,0%	40,3%	38,7%
Frutal	16,8%	16,1%	14,6%	13,4%	15,3%	14,9%	14,2%	19,1%	15,7%	13,9%	19,2%
Ituiutaba	16,1%	21,6%	22,4%	22,3%	22,1%	21,7%	22,5%	20,4%	16,0%	20,7%	26,3%
Patos de Minas	16,6%	16,7%	17,2%	18,3%	17,1%	15,6%	15,7%	15,9%	14,9%	15,7%	18,4%
Patrocínio	12,0%	12,1%	11,9%	11,9%	11,2%	11,8%	9,3%	14,6%	14,2%	12,8%	11,9%
Uberaba	31,6%	29,9%	29,0%	29,0%	29,0%	29,3%	28,0%	23,9%	26,5%	26,6%	29,4%
Uberlândia	30,3%	26,7%	25,4%	24,5%	23,2%	21,3%	19,3%	18,7%	24,4%	22,4%	22,3%
TMAP	30,0%	27,9%	27,3%	25,4%	24,9%	25,8%	23,6%	22,9%	25,0%	25,8%	26,0%
MG	28,8%	29,0%	27,2%	26,9%	25,3%	23,0%	21,7%	22,3%	23,2%	23,8%	24,3%

Fonte: Elaboração própria com base no IBGE (2021)

Comércio e Serviços, por sua vez, têm grande participação no PIB tanto dos municípios selecionados, quanto do TMAP e do estado. Na região do TMAP, o comércio varejista e sobretudo atacadista e serviços de transporte e armazenagem são importantes por estarem ligados à agropecuária e à agroindústria locais.

A grande parte dos municípios analisados tinham participação do setor no PIB maior do que o TMAP, isso por se tratar de cidades que oferecem uma maior diversidade e oferta desses serviços, e, portanto, atraem renda de outros municípios menores ao seu entorno. Araguari é uma exceção à análise, tendo em vista que o município de Uberlândia absorve essa demanda que poderia ir para o município, devido à proximidade.

Pode-se observar que há uma redução expressiva da contribuição do setor no ano de 2020 em relação ao ano anterior, quando a pandemia de COVID-19 prejudica especialmente essa atividade. Na crise econômica de 2014, a participação do setor apesar de ter apresentado

queda em alguns municípios, foi em menor magnitude.

Tabela 5 - Participação de Comércio e Serviços no PIB dos municípios selecionados, do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba e Minas Gerais (em %) – 2010 – 2020

Município/ Ano	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Araguari	34,7%	34,9%	34,7%	38,8%	37,2%	36,2%	36,1%	36,7%	35,7%	34,8%	33,3%
Araxá	41,0%	39,5%	37,9%	38,1%	39,4%	40,7%	42,3%	41,7%	38,5%	35,8%	36,0%
Frutal	43,3%	39,8%	44,7%	46,2%	45,8%	47,5%	45,1%	42,6%	45,7%	47,7%	43,5%
Ituiutaba	53,4%	47,1%	48,2%	49,2%	48,9%	49,1%	46,3%	47,0%	50,4%	48,2%	42,6%
Patos de Minas	50,8%	49,9%	51,7%	51,3%	52,4%	53,8%	52,9%	53,3%	54,9%	54,4%	50,1%
Patrocínio	47,2%	47,9%	48,0%	51,6%	48,6%	51,6%	46,8%	47,2%	48,7%	51,4%	46,2%
Uberaba	41,6%	42,3%	43,3%	44,4%	44,3%	45,0%	44,3%	46,9%	46,2%	46,1%	41,9%
Uberlândia	40,4%	43,0%	44,6%	44,9%	45,2%	46,3%	46,1%	47,1%	44,7%	46,8%	45,6%
TMAP	37,1%	36,9%	38,6%	40,6%	41,3%	41,6%	40,6%	41,6%	41,5%	41,9%	39,2%
MG	40,1%	39,6%	41,6%	42,7%	43,7%	45,2%	44,6%	44,7%	44,7%	45,1%	43,2%

Fonte: Elaboração própria com base no IBGE (2021)

No que concerne ao emprego formal, o TMAP apresentou um crescimento constante até o ano de 2014. Contudo, nos anos subsequentes, isto é, em 2015 e 2016, verificou-se uma queda nesse indicador. Somente a partir de 2017, começaram a surgir indícios de recuperação na economia brasileira, o que impulsionou o crescimento do emprego. No entanto, a partir de 2020, em virtude da paralisação das atividades decorrente da pandemia de COVID-19, ocorreu uma nova queda no emprego.

Os municípios de Patos de Minas e Uberaba seguiram uma trajetória semelhante à região do TMAP, embora tenham sido impactados de maneira proporcionalmente menor do que a região como um todo em 2020. Em contrapartida, Araguari sofreu com a perda de empregos formais somente em 2015 e conseguiu gerar novos postos de trabalho em 2020. Quanto a Araxá, evidenciou-se uma queda no emprego no período de 2017 a 2018, bem como em 2020. No caso de Frutal, observou-se uma diminuição no número de empregos de 2014 a 2018, exceto em 2016, quando houve uma tênue recuperação, já no ano de 2020, o município conseguiu manter o número de empregos formais estável. Com relação a Ituiutaba, constatou-se uma redução no número de empregos de 2015 a 2017 e novamente em 2020, posicionando-se como o município, dentre os analisados, com a maior variação negativa durante o início da pandemia. Já Patrocínio

sofreu uma piora no número de empregos formais somente em 2018 e 2020. Por fim, Uberlândia seguiu uma trajetória semelhante à região até 2016, entretanto, experimentou perdas nos postos de trabalho formais em 2018 e registrou crescimento na quantidade de empregos em 2020.

Tabela 6 - Variação anual do número de empregos dos municípios selecionados (em %) - 2011 – 2020

Município/ Ano	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Araguari	1,12%	4,54%	4,18%	0,11%	-2,20%	0,00%	2,57%	1,80%	4,04%	1,33%
Araxá	6,40%	3,00%	7,77%	0,24%	0,94%	0,55%	-0,56%	-3,73%	2,96%	-3,45%
Frutal	8,21%	4,40%	6,90%	-1,80%	-0,84%	0,26%	-2,62%	-1,26%	1,48%	0,00%
Ituiutaba	3,79%	5,48%	4,57%	2,07%	-1,82%	-7,86%	-1,00%	0,37%	3,92%	-6,36%
Patos de Minas	7,21%	4,13%	4,17%	1,33%	-1,39%	-0,34%	4,34%	2,04%	0,63%	-0,56%
Patrocínio	6,36%	5,07%	1,98%	2,25%	0,49%	0,63%	4,07%	-1,19%	2,08%	-1,67%
Uberaba	4,31%	0,38%	6,64%	1,67%	-2,47%	-5,03%	1,03%	0,72%	1,46%	-0,97%
Uberlândia	7,13%	0,53%	7,37%	2,35%	-1,74%	-2,99%	1,48%	-1,04%	1,96%	0,39%
TMAP	6,39%	0,65%	6,73%	1,79%	-1,78%	-2,97%	2,28%	0,03%	2,16%	-1,14%
MG	4,21%	1,57%	2,55%	0,29%	-5,20%	-4,16%	1,75%	1,05%	1,96%	-0,85%

Fonte: Elaboração própria com base em MTE (2023).

As atividades que mais empregam na região são o comércio varejista e a administração pública, sendo que o comércio varejista aparece em todos os municípios analisados como o principal empregador. Em Araguari, Frutal, Ituiutaba e Patos de Minas a indústria de alimentos e bebidas aparece como segundo setor que mais emprega, ao passo que Araxá e Uberaba têm como principais empregadores as mesmas atividades que o TMAP como um todo, o comércio varejista e a administração pública. Patrocínio, por sua vez, tem como segundo maior empregador a agricultura e Uberlândia, a administração técnica profissional.

O Quociente Locacional (QL) é um indicador que mede quão especializada é uma região diante de alguma referência. No estudo, foi analisada a participação do emprego nos subsetores da classificação IBGE em cada município selecionado diante da participação do emprego nesses mesmos subsetores no país (Anexo 1). Em geral, os municípios analisados são especializados em gêneros de baixa intensidade tecnológica, sendo a maior parte deles relacionados à agricultura e seu beneficiamento.

O município de Araguari se mostrou bastante especializado nos segmentos de Agricultura, Alimentos e Bebidas e Indústria de Calçados frente ao Brasil como um todo. É importante destacar que o cultivo de café e soja são atividades muito relevantes para a cidade.

Já em Araxá a especialização se dá principalmente na indústria metalúrgica e no setor extrativo mineral, sobretudo devido à exploração do nióbio no município que tem relevância a nível global. É interessante observar que a agricultura no município não é tão relevante quanto nos demais municípios analisados, parte se deve tanto a limitação territorial (LEITE, 2020).

O município de Frutal, por sua vez, é especializado em Agricultura e Alimentos e Bebidas. As atividades agrícolas que mais se destacam são de cana-de-açúcar, laranja e a pecuária. Há também no local o beneficiamento dos produtos da pecuária, indústrias sucroalcooleiras e uma indústria cervejeira (SILVA et al, 2017).

No que diz respeito a Ituiutaba, o setor que apresenta especialização é o de Alimentos e Bebidas. A presença de indústrias de beneficiamento de carne e leite, de café e de açúcar contribuem para esse cenário.

No ano de 2010, Ituiutaba se mostrava especializado diante do país em Produtos Minerais Não Metálicos, principalmente devido à fabricação de cerâmicas para uso na construção civil. No entanto, nos anos de 2015 e 2020, o setor teve uma redução no número de empregos. De acordo com Guarda (2019), as empresas foram desfavorecidas devido ao tipo de produto e à dificuldade de transporte, além do descumprimento da legislação ambiental e trabalhista por parte das empresas.

Assim como a maior parte dos municípios, Patrocínio também é especializado em Agricultura e Alimentos e Bebidas, sendo o principal produtor de café no Brasil.

Já o município de Patos de Minas se mostra especializado nos mesmos setores, sendo destaque na produção de grãos, como café, soja e milho, e pecuária, especialmente a leiteira.

Uberaba, por sua vez, pode ser considerada especializada em Indústria Química, a qual se justifica pela presença de grandes produtoras de fertilizantes e defensivos agrícolas e Ensino, com a existência de diversos institutos de ensino superior e tecnólogo.

Já Uberlândia é especializada no Comércio Atacadista, cumprindo o papel de centro de distribuição atacadista da região, e Borracha, Fumo, Couros, sobretudo devido a uma grande indústria de fumo no município

4.2. OS EFEITOS DA CRISE 2014-2020 NA ECONOMIA REGIONAL

Tendo em vista que o Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba manteve o seu dinamismo econômico durante a crise econômica dos anos 1980, será observado nessa seção os efeitos de uma crise mais recente na economia regional.

Ao analisar a variação real do PIB, é possível perceber que a crise macroeconômica afeta o produto nos anos de 2015 a 2016. No entanto, a maior parte dos municípios analisados não apresentam queda no ano de 2020, com a crise sanitária da COVID-19.

Tabela 7 – Variação real do PIB dos municípios selecionados, do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, Minas Gerais e Brasil (em %) – 2014 – 2020

Município/ Ano	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Araguari	9,1%	1,0%	-2,6%	3,3%	8,8%	12,9%	2,6%
Araxá	4,6%	-7,2%	-10,1%	4,8%	13,5%	0,9%	-10,3%
Frutal	5,7%	-8,7%	7,1%	9,3%	-0,7%	-2,0%	7,8%
Ituiutaba	-1,8%	-7,3%	-2,4%	-1,8%	-8,5%	14,8%	2,1%
Patos de Minas	5,0%	-1,8%	2,8%	1,5%	3,0%	2,1%	4,2%
Patrocínio	12,9%	-12,1%	9,2%	4,4%	1,2%	-5,8%	10,8%
Uberaba	-0,1%	-2,1%	0,6%	-5,2%	7,1%	2,1%	5,7%
Uberlândia	3,5%	-6,4%	3,1%	2,2%	5,1%	-2,9%	-4,3%
Brasil	1,7%	-6,5%	-2,3%	2,1%	2,2%	2,1%	-1,3%

Fonte: Elaboração própria com base em IBGE (2021).

O produto de Araguari, Patos de Minas e Uberaba não parecem ter sofrido tanto quanto o do Brasil nos períodos de intensificação de crise, apresentando até mesmo crescimento em 2020.

A variação do PIB do município de Araxá acompanha a variação nacional, é negativa nos anos de 2015 a 2016, tendo em vista a intensificação da crise econômica, seguida de uma pequena recuperação de 2017 a 2019 e volta a apresentar queda em 2020 com a pandemia.

Ituiutaba, por sua vez, apesar de ter variações negativas durante o período de recessão em 2015 e 2016, não apresenta queda no PIB em 2020.

Frutal, Patrocínio e Uberlândia, apresentam variações negativas do PIB em 2015, no entanto, já em 2016 há a reversão desse estado, demonstrando recuperação. Os primeiros

municípios conseguem manter o crescimento do PIB em 2020, mesmo com a pandemia, ao passo que Uberlândia apresenta queda desde 2019, sendo seu desempenho ainda pior que o cenário nacional.

Além disso, é possível observar por meio da redução da participação no PIB, conforme as tabelas 3, 4 e 5, que em 2015, os principais setores afetados foram os ligados à agropecuária e indústria, enquanto em 2020, os setores de comércio e serviços tiveram um desempenho pior que os demais.

A partir de 2015, a recessão brasileira se intensificou, resultando em perdas significativas no PIB e aumento da inflação, o que pode ter contribuído para a redução do número de estabelecimentos nos municípios.

Entre 2017 e 2019, houve uma pequena retomada do crescimento econômico brasileiro, o que possibilitou a abertura de novas empresas em alguns municípios. No entanto, com o cenário pandêmico de 2020, houve o fechamento de diversas firmas.

Tabela 8 –Variação anual da quantidade de estabelecimentos em Araguari, Araxá, Frutal, Ituiutaba, Patos de Minas, Patrocínio, Uberaba e Uberlândia (em %) – 2014 – 2020

Município/ Ano	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Araguari	2,90%	-2,50%	-2,80%	1,90%	-0,30%	2,80%	-1,50%
Araxá	3,70%	0,90%	-0,90%	-1,30%	-1,50%	-2,00%	-2,00%
Frutal	2,40%	-3,10%	0,20%	-0,20%	0,20%	-5,20%	-0,10%
Ituiutaba	2,50%	-1,00%	-4,50%	-5,00%	0,10%	-1,90%	-3,30%
Patos de Minas	2,80%	0,60%	-0,20%	0,60%	-0,10%	3,20%	-2,00%
Patrocínio	0,20%	1,20%	1,70%	0,30%	-0,50%	2,80%	0,20%
Uberaba	1,00%	-1,10%	-2,10%	-0,20%	-0,90%	0,10%	-2,60%
Uberlândia	5,20%	-0,60%	-2,10%	-1,50%	-0,30%	-0,10%	-1,60%

Fonte: Elaboração própria com base em MTE (2023).

O município de Patrocínio sofreu com perda na quantidade de estabelecimentos apenas no ano de 2018, sendo capaz de atravessar os anos de recessão econômica e de início de pandemia com crescimento no número de firmas. Por outro lado, os municípios de Ituiutaba, Uberaba e Uberlândia vêm apresentando variações negativas desde 2015.

Destaca-se que, com exceção dos municípios de Patos de Minas e Patrocínio, em 2020 os municípios analisados não tinham conseguido recuperar o número de estabelecimentos ao nível pré-2014. Em Ituiutaba, especificamente, a situação foi ainda mais grave, pois não conseguiu recuperar sequer a quantidade de estabelecimentos que possuía em 2010.

No período de 2015 a 2016, os setores mais prejudicados foram os de Construção Civil e Agropecuária, ao passo que em 2020, com a pandemia, o Comércio que apresentou maior perda no número de estabelecimentos.

Se tratando dos empregos, é possível perceber que a trajetória não foi igual à dos estabelecimentos.

O município de Patrocínio apresentou queda no número de estabelecimentos apenas em 2018, mas sofreu perdas na quantidade de empregos formais não só em 2018, mas também em 2020. Já Araguari apesar de ter redução no número de empresas em diversos anos, a queda do emprego se fez presente apenas em 2015.

Ituiutaba tem a trajetória do número de emprego semelhante à de estabelecimentos, isso porque vem apresentando grandes quedas desde 2015, embora tenha ocorrido recuperação em 2018 e 2019.

Tabela 9 – Variação anual do número de empregos dos municípios selecionados (em %) - 2014 – 2020

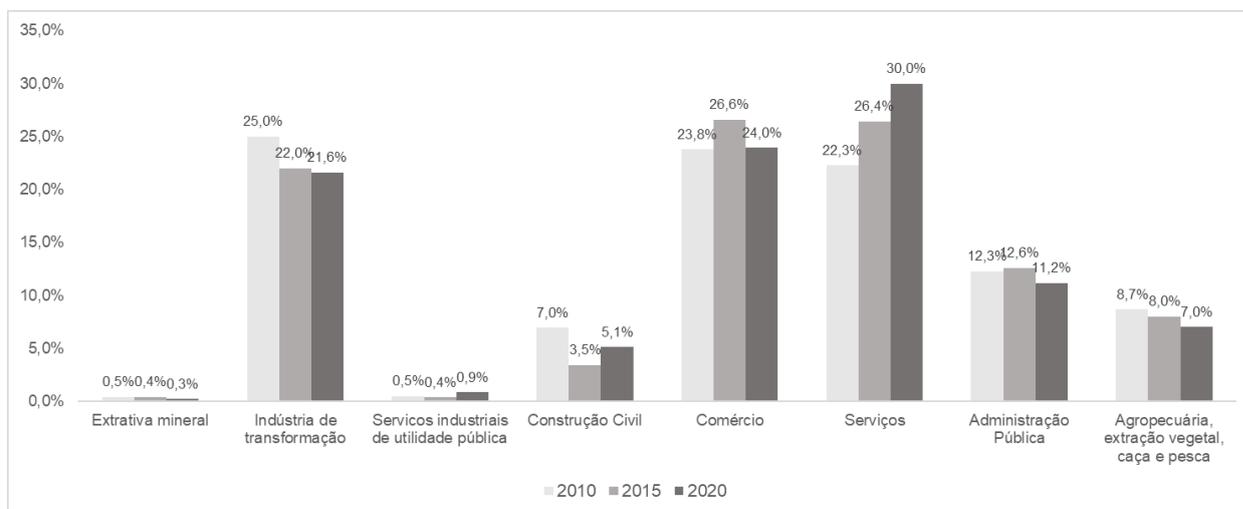
Município/ Ano	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Araguari	0,11%	-2,20%	0,00%	2,57%	1,80%	4,04%	1,33%
Araxá	0,24%	0,94%	0,55%	-0,56%	-3,73%	2,96%	-3,45%
Frutal	-1,80%	-0,84%	0,26%	-2,62%	-1,26%	1,48%	0,00%
Ituiutaba	2,07%	-1,82%	-7,86%	-1,00%	0,37%	3,92%	-6,36%
Patos de Minas	1,33%	-1,39%	-0,34%	4,34%	2,04%	0,63%	-0,56%
Patrocínio	2,25%	0,49%	0,63%	4,07%	-1,19%	2,08%	-1,67%
Uberaba	1,67%	-2,47%	-5,03%	1,03%	0,72%	1,46%	-0,97%
Uberlândia	2,35%	-1,74%	-2,99%	1,48%	-1,04%	1,96%	0,39%

Fonte: Elaboração própria com base em MTE (2023).

Para entender em quais atividades ocorreram as principais variações na quantidade de empregos formais, serão analisadas a participação de cada setor na composição total do emprego dos municípios.

O Gráfico 1 demonstra a distribuição do emprego formal em setores de Araguari. Verifica-se que a Indústria de Transformação apresentou grande perda de participação na estrutura produtiva de 2010 a 2015 e permaneceu em queda no ano de 2020. Seguiu essa mesma trajetória as atividades agrícolas, no entanto, isso pode se dever à mecanização do setor. Em 2015 é possível perceber que há uma queda na participação do emprego em Construção Civil, o setor apresenta uma pequena recuperação até o ano de 2020. De 2010 a 2015, há um aumento na proporção de trabalhadores empregados no comércio, no entanto, em 2020 apresenta queda, retornando a uma participação semelhante a 2010. Já o setor de serviços teve um grande aumento de participação no período analisado.

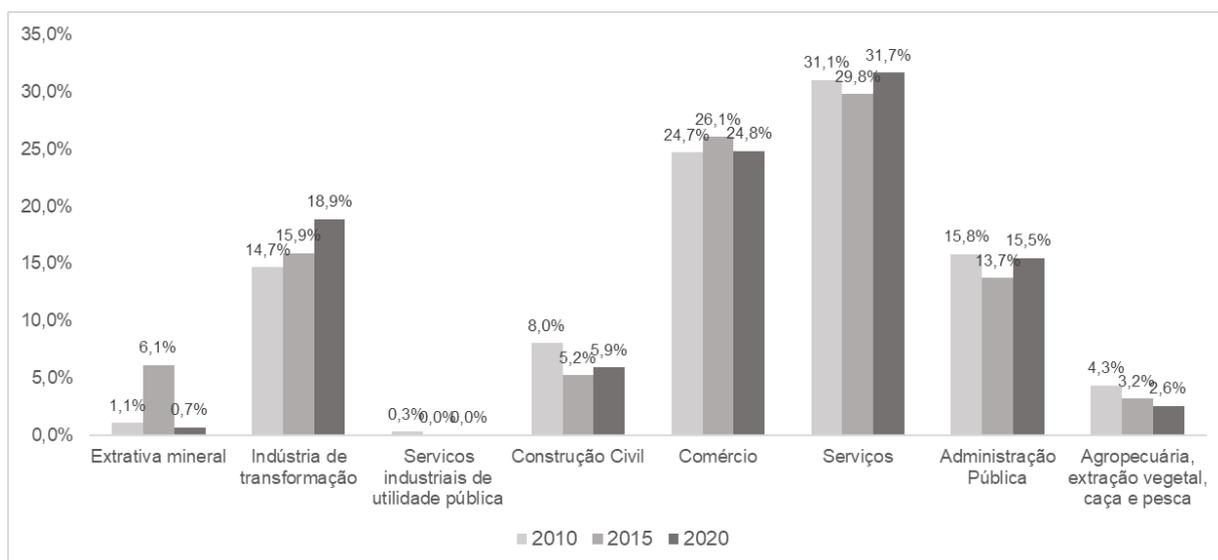
Gráfico 1 – Participação setorial do emprego em Araguari (em %) - 2010, 2015 e 2020



Fonte: Elaboração própria com base em MTE(2023).

Em Araxá (Gráfico 2), chama atenção o aumento da participação da indústria extrativa mineral no total de empregos no ano de 2015, no entanto em 2020, o setor retorna a um padrão semelhante a de 2010. Além disso, a indústria de transformação seguiu com aumento do seu peso na estrutura produtiva ao longo de todo o período. Observa-se a queda na participação da construção civil em 2015, e, apesar de ter apresentado aumento em 2020 em relação a 2015, não foi muito significativo. A agropecuária, por sua vez, tem queda constante do seu peso no total de empregos.

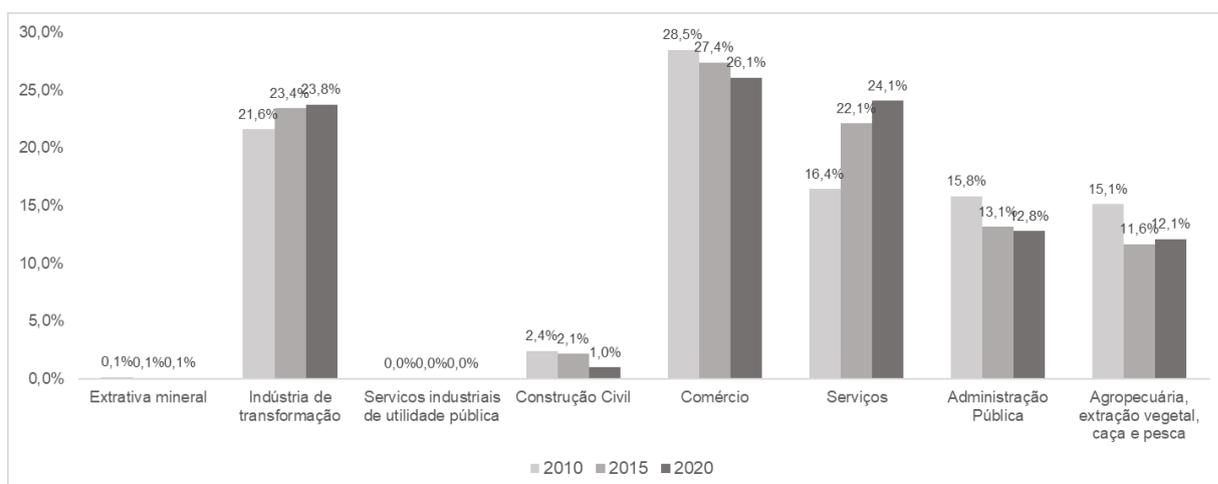
Gráfico 2 – Participação setorial do emprego em Araxá (em %) - 2010, 2015 e 2020



Fonte: Elaboração própria com base em MTE(2023).

Já em Frutal (Gráfico 3), além do crescimento do peso da indústria de transformação no período, há também o aumento do peso de serviços. Ao passo que setores como construção civil, comércio, administração pública e a agropecuária sofrem com a perda na participação do total de empregos, apesar da atividade agrícola ter apresentado um pequeno aumento em 2020 em comparação a 2015.

Gráfico 3 - Participação setorial do emprego em Frutal (em %) - 2010, 2015 e 2020

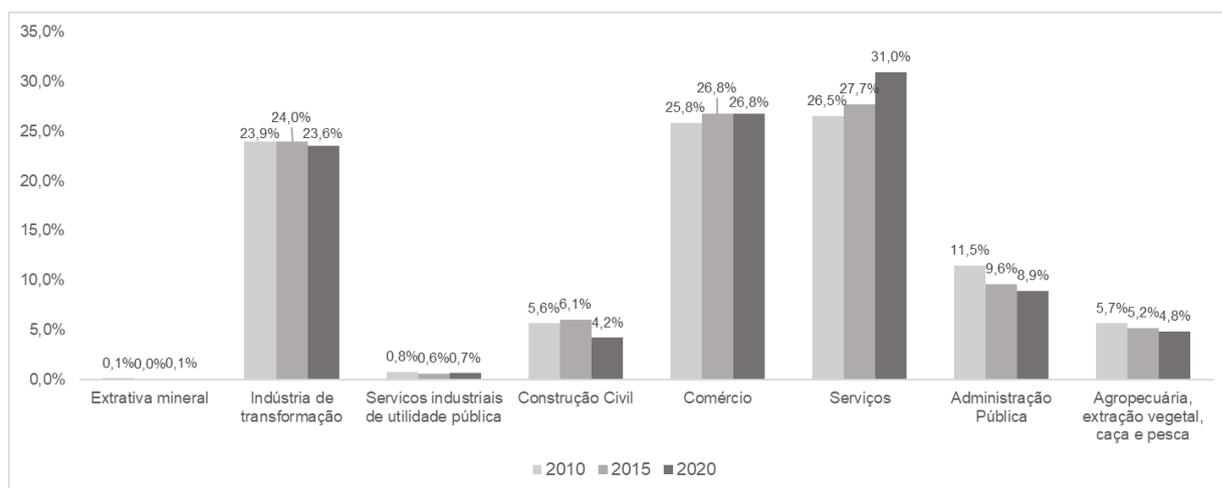


Fonte: Elaboração própria com base em MTE(2023)

Em Ituiutaba (Gráfico 4), a administração pública e atividades agrícolas perdem peso

na composição setorial, enquanto serviços ganha participação ao longo do período analisado. A construção civil, ao contrário dos demais municípios, tem um ganho de participação em 2015, mas apresenta queda em 2020. Os demais setores não apresentaram grandes variações no período.

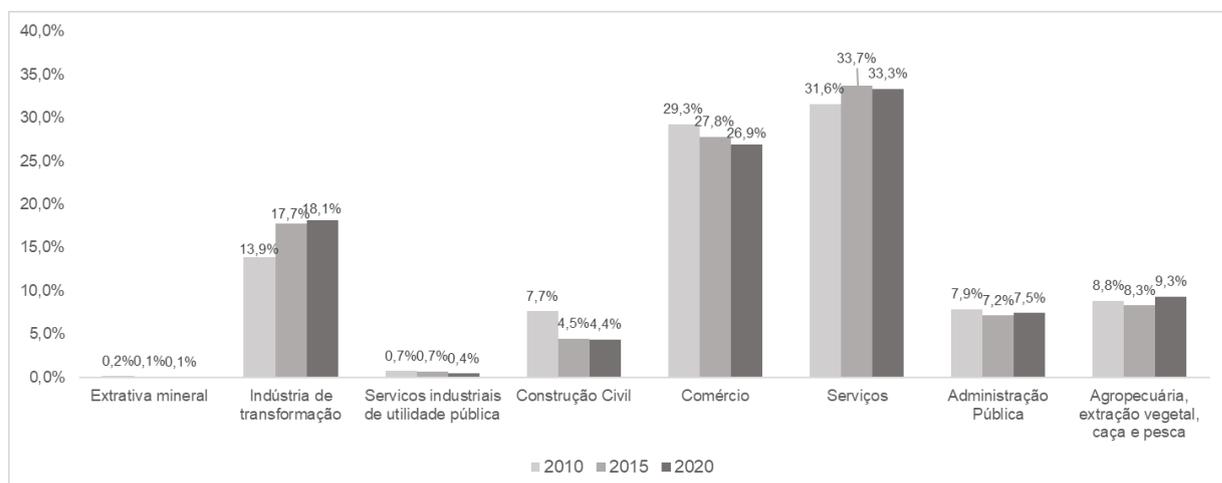
Gráfico 4- Participação setorial do emprego em Ituiutaba (em %) - 2010, 2015 e 2020



Fonte: Elaboração própria com base em MTE(2023).

O Gráfico 5 mostra um aumento da participação do emprego em indústria de transformação e serviços e uma queda no peso de construção civil e comércio em Patos de Minas. Os setores de administração pública e agropecuária não apresentaram grandes variações, apesar de ser possível verificar uma redução na participação em 2015 e crescimento em 2020.

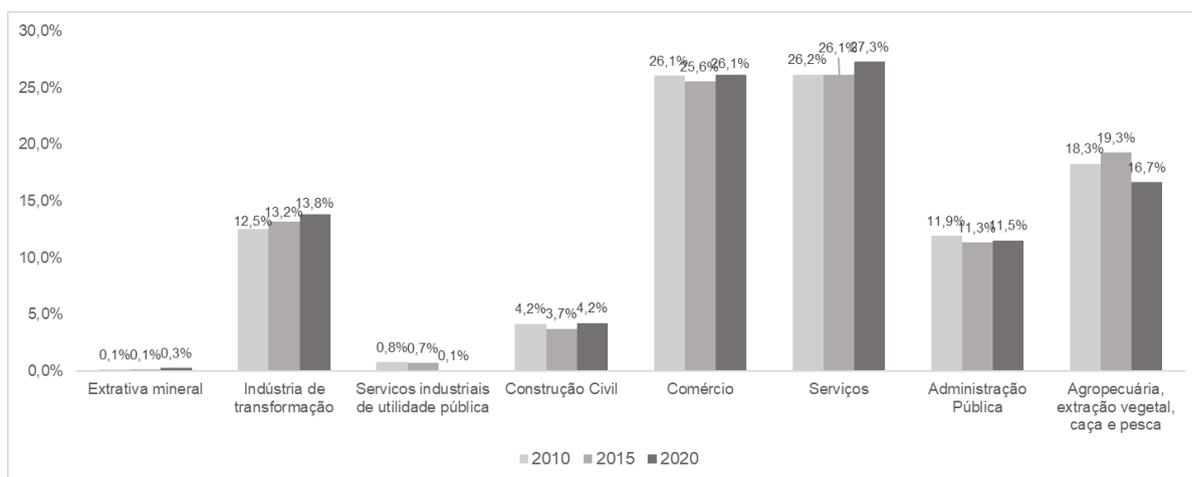
Gráfico 5- Participação setorial do emprego em Patos de Minas (em %) - 2010, 2015 e 2020



Fonte: Elaboração própria com base em MTE(2023).

Patrocínio, por sua vez, apresentou crescimento na indústria de transformação e serviços ao longo do período. Assim como a maior parte dos municípios, houve uma queda no peso da construção civil em 2015, o qual foi recuperado em 2020. As atividades agrícolas por outro lado, apresentaram crescimento de participação de 2010 para 2015, no entanto, houve perda em 2020.

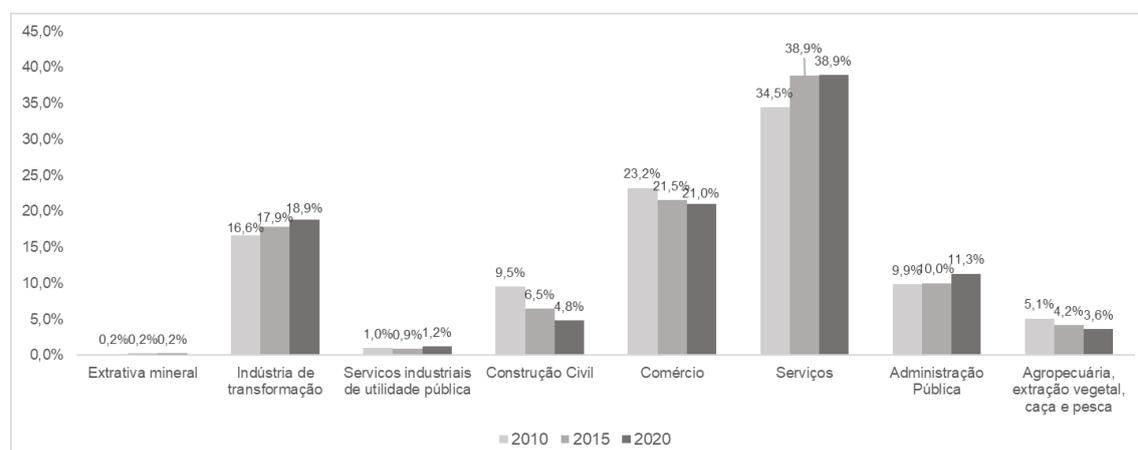
Gráfico 6- Participação setorial do emprego em Patrocínio (em %) - 2010, 2015 e 2020



Fonte: Elaboração própria com base em MTE(2023).

Em Uberaba, a construção civil, o comércio e a agropecuária sofreram perdas de participação no total de emprego no município de 2010 a 2020. Por outro lado, a indústria de transformação, serviços e administração pública tiveram crescimento em seu peso na composição setorial.

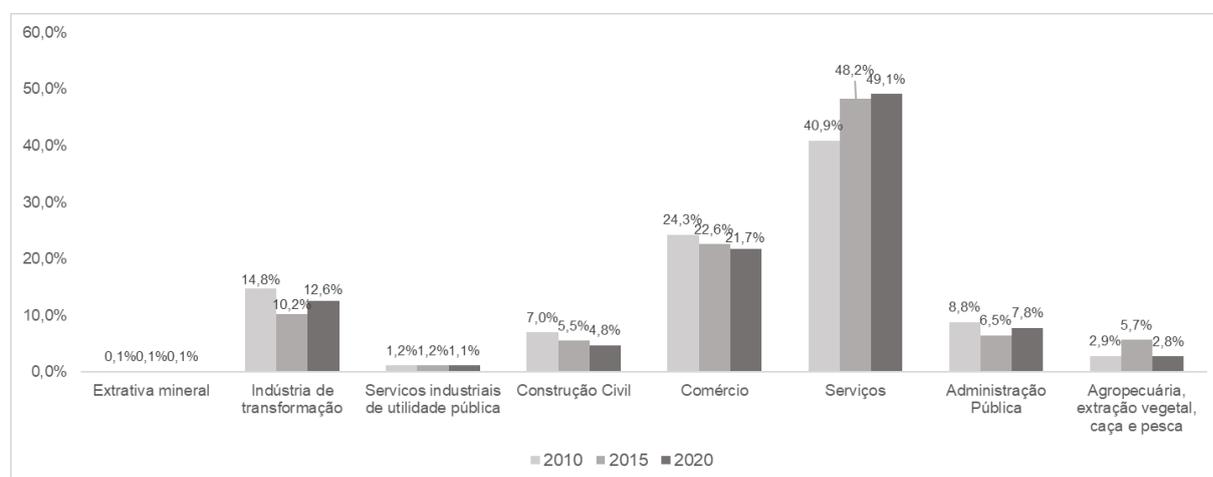
Gráfico 7- Participação setorial do emprego em Uberaba (em %) - 2010, 2015 e 2020



Fonte: Elaboração própria com base em MTE(2023).

Uberlândia também apresentou quedas na participação dos setores de construção civil e comércio ao longo do período, enquanto o setor de serviços apresentou crescimento de seu peso. A indústria de transformação, bem como a administração pública tiveram redução de suas participações no ano de 2015, mas em 2020 já é possível verificar o aumento em relação a 2015. Por outro lado, as atividades agrícolas apresentam crescimento de peso em 2015 e em 2020 retorna a uma participação semelhante a 2010.

Gráfico 8– Participação setorial do emprego em Uberlândia (em %) – 2010, 2015 e 2020



Fonte: Elaboração própria com base em MTE(2023).

Visando analisar a variação do poder aquisitivo, será feita a análise da frota dos municípios.

De acordo com o Gráfico 9, verifica-se um aumento no número total de veículos em todos os municípios analisados, visto que não houve variação negativa em nenhum dos anos.

No entanto, é possível perceber que durante o ano de 2014 é quando há maior variação, isso porque o país ainda não estava experimentando a recessão econômica e também porque havia incentivo para aquisição de automóveis com a redução da alíquota do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI).

Nos anos seguintes de 2015 e 2016, ocorre uma desaceleração do crescimento em todos os municípios, exceto em Patrocínio que observa aumento na variação em 2016.

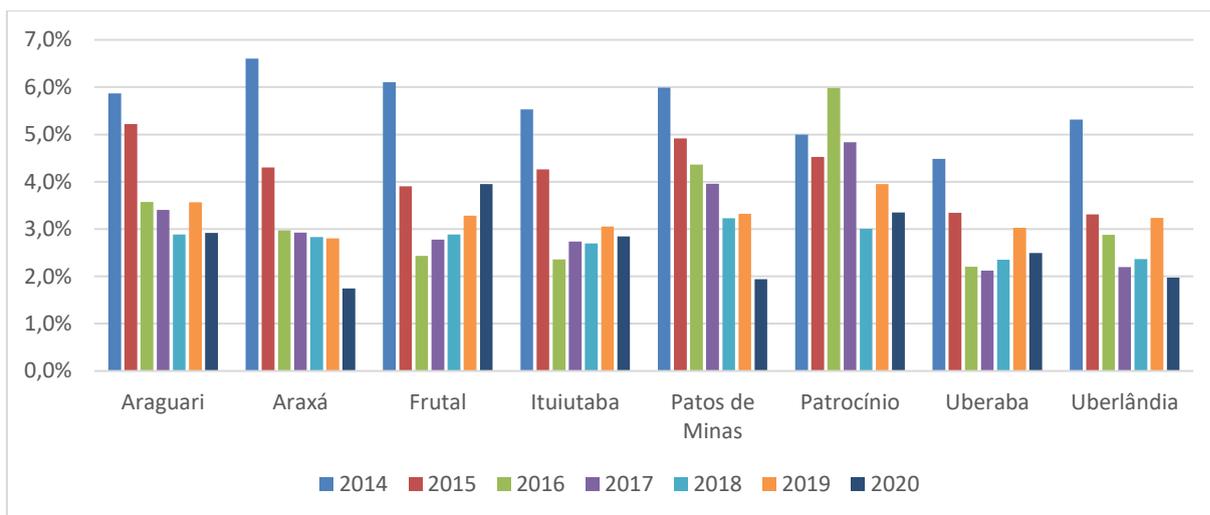
De 2017 a 2018, o ritmo de crescimento se mantém semelhante na maior parte dos municípios, com exceção de Araguari, Patos de Minas e Patrocínio, que experimentam desaceleração em 2018.

No ano seguinte, todos os municípios apresentam aumento no ritmo de crescimento do

na frota, exceto Araxá.

Em 2020, volta a haver desaceleração em todos os municípios, com exceção de Frutal, em virtude da pandemia, que acarretou na recessão econômica e também na falta de peças para fabricação de veículos.

Gráfico 9– Variação do número de veículos em Araguari, Araxá, Frutal, Ituiutaba, Patos de Minas, Patrocínio, Uberaba e Uberlândia – (2014 – 2020)



Fonte: Elaboração própria com base em DENATRAN (2021)

Todos os municípios apresentaram variação positiva tanto para o número de automóveis, quanto para motocicletas, havendo crescimento na quantidade dos dois veículos nos municípios analisados, de modo que não houve uma deterioração do poder aquisitivo, tendo em vista que não ocorreu do aumento de motocicletas, um veículo de menor custo, associada à redução do número de automóveis.

Tabela 10 – Variação anual do número de automóveis e motocicletas dos municípios selecionados – 2014 – 2020 (em %)

	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Araguari							
Motocicletas	4,3%	4,1%	1,7%	3,2%	2,3%	2,4%	1,0%
Automóveis	5,9%	5,5%	3,7%	3,1%	2,6%	3,4%	3,0%
Araxá							
Motocicletas	6,2%	5,3%	3,3%	3,5%	4,3%	2,4%	0,8%
Automóveis	5,6%	3,2%	2,5%	2,3%	2,4%	2,3%	1,2%
Frutal							
Motocicletas	4,9%	2,5%	1,8%	1,8%	2,5%	2,4%	2,6%
Automóveis	5,2%	4,0%	2,0%	2,3%	2,4%	3,0%	3,9%
Ituiutaba							
Motocicletas	3,6%	3,2%	1,7%	1,9%	1,3%	1,4%	1,2%
Automóveis	5,0%	3,2%	1,8%	2,2%	2,5%	3,0%	2,9%
Patos de Minas							
Motocicletas	4,7%	4,4%	3,2%	3,6%	3,2%	2,3%	1,2%
Automóveis	5,0%	4,2%	3,8%	3,5%	2,5%	3,2%	1,7%
Motocicletas							
Automóveis	2,8%	4,1%	4,9%	3,7%	2,5%	2,9%	2,8%
Automóveis	5,3%	4,3%	5,4%	4,9%	3,1%	3,7%	3,2%
Uberaba							
Motocicletas	3,1%	2,8%	1,9%	1,5%	2,0%	1,9%	1,6%
Automóveis	4,5%	3,1%	1,9%	1,8%	2,2%	2,4%	1,7%
Uberlândia							
Motocicletas	2,3%	2,2%	2,3%	1,8%	2,6%	2,9%	1,8%
Automóveis	6,1%	3,5%	2,9%	2,0%	1,7%	2,9%	1,5%

Fonte: Elaboração própria com base em DENATRAN (2021).

Além disso, com exceção de Uberlândia, a variação foi ainda maior no número de automóveis, quando comparado à variação do número de motocicletas.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante os anos 1980, a Região do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba TMAP (MG) foi capaz de manter seu dinamismo ainda que o Brasil passasse por uma recessão econômica. Esse trabalho buscou compreender os efeitos da crise de 2014 a 2020 na economia dos principais municípios da região, utilizando como métrica destes os desempenhos econômico (PIB) e populacional.

O desempenho populacional na região do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba mostra um crescimento geral com taxas de crescimento demográfico superiores às de Minas Gerais, com destaque para municípios como Araguari, Araxá, Frutal, Patos de Minas e Uberaba, que reverteram a desaceleração. Embora o ritmo de crescimento tenha desacelerado em alguns casos, isso não significa necessariamente uma perda de dinamismo econômico na região.

É notável a importância da agropecuária para a região, visto que a participação dessa atividade no PIB da maior parte dos municípios é superior à média estadual. Além disso, essa atividade se faz importante devido aos complexos agroindustriais que se formam na região. Dito isso, a indústria dos municípios se concentra principalmente no beneficiamento e processamento dos produtos advindos da agropecuária, sendo que os principais subsetores em que os municípios da região são especializados são agricultura e indústria de alimentos e bebidas.

De acordo com os dados analisados, esses municípios tiveram sua participação no PIB de Minas Gerais crescente de 2010 a 2020, principalmente nos anos iniciais da crise econômica brasileira (2014 a 2016). No período de 2015 a 2016, é possível observar a queda do PIB real, ao passo que em 2020, a maior parte dos municípios conseguiu manter o crescimento de seus respectivos produtos.

Já ao observar o número de estabelecimentos e empregos, verifica-se a queda no período de 2015 a 2016, seguido por uma retomada em 2017 a 2019 e queda em 2020.

Os principais setores que tiveram firmas fechadas em 2015 a 2016 foram os de agropecuária e construção civil, enquanto em 2020 foi o comércio o principal atingido. No quesito emprego, os principais subsetores prejudicados foram a construção civil, o comércio e a agricultura, embora a perda de participação desse último possa também ser atribuída a modernização da atividade.

De maneira geral, o principal setor afetado pela crise foi a construção civil, um setor que é muito sensível ao cenário macroeconômico de um país.

Ainda que o trabalho tenha feito uma análise a respeito da crise recente no país,

houveram dificuldades para mensurar mais precisamente a crise, tendo em vista que dados a respeito do desemprego e informalidade não estão disponíveis para um período mais recente. Portanto, faz-se necessário estudo mais aprofundado com dados do Censo de 2022, que, até o presente momento, não foi publicado. Além disso, é relevante o estudo para entender o desempenho dos municípios com a desaceleração da pandemia, visto que houve a reabertura dos estabelecimentos e recuperação parcial da economia.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BANCO CENTRAL DO BRASIL (BCB), Registros administrativos, 2020.

BERTOLUCCI, Luiz. Análise Demográfica da Mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba - TMAP. In: CORRÊA, V. P. (Org.). **Dinâmica Socioeconômica da Mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba**. Uberlândia: CEPES/IEUFU, V. 1, maio 2017. 48 p. Disponível em: <http://www.ieri.ufu.br/system/files/conteudo/pe13_dinamica_socioecon_tmap_v_1_anal_demografica_2017_0.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2022

BNDES, **Perspectivas DEPEC 2018: O Crescimento da Economia Brasileira 2018-2023**, 2018.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. BRASIL: IMPACTOS DO COVID-19 E RECUPERAÇÃO. **Revista de Economia**, v. 42, n. 77, p. 1-16, 2021.

CANO, WILSON. Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil: 1930/70. São Paulo: Global, 1985.

_____. Concentração e desconcentração econômica regional no Brasil: 1970/95. In: *Revista Economia e Sociedade*, Campinas, n.º. 8, 1997.

_____. Desconcentração produtiva regional do Brasil 1970-2005. São Paulo: Ed. UNESP, 2008

CARDOZO, S.A. Principais transformações na estrutura industrial do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba na primeira década dos anos 2000. In: GUIMARÃES, E.N. et al. **Transformações econômicas e sociais na estrutura regional do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba (2000-2010)**. Uberlândia: EDUFU, 2019. cap. 3, p. 120-140. ISBN 978-85-64554078.

CARVALHO, Laura. **Valsa Brasileira: Do Boom ao Caos Econômico**. Todavia, 2018. 192p.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO (DENATRAN). Ministério da Infraestrutura. Frota por Município e Tipo. 2020.

CASTRO, Antonio Barros, **Sete ensaios sobre a economia brasileira**, 4ª edição. Rio de

Janeiro: Forense Universitária, 1998.

CRUZ, B. O. et al. **Economia regional e urbana: teorias e métodos com ênfase no Brasil.**

Brasília: Ipea, 2011.

DE PAULA, L. F. A crise do coronavírus e as políticas contracíclicas no Brasil: uma avaliação. **IE-UFRJ Discussion Paper**, vol. 1, n. 16, 2021.

DINIZ, C.C. Desenvolvimento poligonal no Brasil: nem concentração, nem contínua polarização. In: Nova Economia, Belo Horizonte, set-1993.

DINIZ, B. P. C; BOSCHI, R. F. O Desenvolvimento Econômico e Humano Diferenciado das Regiões Do Triângulo, Alto Paranaíba e Noroeste de Minas Gerais. In. **Anais do X Seminário sobre a Economia Mineira.** Belo Horizonte, 2002.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Aspectos Demográficos da Região Geográfica Intermediária de Uberlândia. **Estudos Populacionais - Demografia**, v. 2, n. 11, 13 nov. 2020. Disponível em: https://fjp.mg.gov.br/wp-content/uploads/2020/09/17.11_Inf_CEP_Demografia_11_2020.pdf. Acesso em: 22 jun. 2022.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB) REGIÃO GEOGRÁFICA INTERMEDIÁRIA (RGInt) DE UBERLÂNDIA. **Contas Regionais: PIB dos Municípios**, v. 3, n. 14, 1 out. 2021. Disponível em: https://fjp.mg.gov.br/wp-content/uploads/2021/08/01.10_Inf_CCR_PIBMunic_14_2021.pdf. Acesso em: 7 ago. 2022.

FURTADO, C. (1958). **Formação Econômica do Brasil.** 32 ed. – São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2005.

GOMES, D.C. Mercado de Trabalho no Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba: balanço de uma década. In: GUIMARÃES, E.N. et al. **Transformações econômicas e sociais na estrutura regional do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba (2000-2010).** Uberlândia: EDUFU, 2019. cap. 4, p. 120-140. ISBN 978-85-64554078.

GUARDA, Camila de Oliveira. Estágios de desenvolvimento de Arranjos Produtivos Local: o caso da cerâmica estrutural em Ituiutaba: desafios e perspectivas. 2019. 24 f. Trabalho de

Conclusão de Curso (Graduação em Administração) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia 2019.

GUIMARÃES, E. N. Transformações na agropecuária comercial e terciarização 1979-80: área de polarização do núcleo urbano de Uberlândia. In: BDMG/CORECON - MG. (Org.). **Prêmio Minas de Economia de 1992**. Belo Horizonte: BDMG, 1993, v. 1, p. 01-81.

_____. A influência paulista na formação econômica e social do triângulo mineiro. **Anais do XI Seminário Sobre a Economia Mineira**, v. 16, 2004.

_____. **Formação e desenvolvimento econômico do Triângulo Mineiro: Integração nacional e consolidação regional**. Uberlândia: Edufu, 2010. 254 p.

GUIMARÃES, E. N.; SILVA, Vitorino Alves da; BERTOLUCCI JÚNIOR, L.; FERREIRA, E. W.; DINIZ, C. J. Aglomeração Urbana de Uberlândia (MG): formação socioeconômica e centralidade regional. In: Daniel Joseph Hogan et al. (Org.). **Migração e Ambiente nas Aglomerações Urbanas**. Campinas SP: NEPO/UNICAMP, 2001, v. 1, p. 195-223.

HIRSCHMAN, A. "Transmissão inter-regional e internacional do crescimento econômico". In SCHWARTZMAN, Jacques (org.). **Economia regional: Textos escolhidos**. Convênio CEDEPLAR/CETREDE-MINTER. Belo Horizonte, 1977.

IBGE. Censo Demográfico 2010. Resultados Gerais da Amostra: Rio de Janeiro, 2012.

IBGE. Arranjos populacionais e concentrações urbanas do Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 2016.

IBGE. Produto Interno Bruto dos Municípios. Rio de Janeiro: IBGE, 2021. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/5938>. Acesso em: 05 fev. 2021

IBGE. **Nota metodológica**: Prévia da População dos Municípios com base nos dados do Censo Demográfico de 2022 coletados até o dia 25/12/2022. Rio de Janeiro: IBGE, 2022

IBGE. PIB varia -0,2% no quarto trimestre e fecha 2022 em 2,9%. **Agência IBGE Notícias**, 2 mar. 2023. Contas Nacionais, p. 1-0. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/36372-pib-varia-0-2-no-quarto-trimestre-e-fecha-2022-em-2-9>. Acesso em: 14 jun. 2023.

IPEA. Caracterização e tendências da rede urbana do Brasil: configurações atuais e tendências da rede urbana. Brasília: IPEA/IBGE/UNICAMP/IE/NESUR (Org.). Volumes 1,2,3,4,5,6, 2002. ISBN: 85-86170-36-4

JARDIM, Maria Chaves; SILVA, Márcio Rogério. Programa de aceleração do crescimento (PAC): neodesenvolvimentismo? São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015. (Coleção PROPG Digital- UNESP). ISBN 9788579837432. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/138607>

MTE. **Relação Anual de Informações Sociais (RAIS)**. Brasília, Ministério do Trabalho e Emprego, 2022.

MYRDAL, G. **Teoria Econômica e Regiões Subdesenvolvidas**. Lisboa: Editora Saga, 1965. 240 p.

NORTH, D. C. Teoria da Localização e Crescimento Econômico. In: SCHWARTZMAN, J. **Economia Regional: textos escolhidos**. Belo Horizonte: CEDEPLAR/CETREDE-MINTER, p. 291-313, 1977.

OLIVEIRA, A. S. Produto Interno Bruto na Mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba - TMAP. In: CORRÊA, V. P. (Org.). **Dinâmica Socioeconômica da Mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba**. Uberlândia: CEPES/IEUFU, V. 3, maio 2017. 61 p. Disponível em: <http://www.ie.ufu.br/CEPES>

OLIVEIRA, A. S.; RIBEIRO, C. G.; MARTINS, H. A Evolução Recente da Indústria de Transformação no Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba. **Revista Economia Ensaios**, Uberlândia, Minas Gerais, Brasil, v. 35, n. 1, 2020. DOI: 10.14393/REE-v35n1a2020-45269. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/revistaeconomiaensaios/article/view/45269>. Acesso em: 20 maio. 2023.

OREIRO, José Luis Oreiro; DE PAULA, Luiz Fernando. **A economia brasileira no governo Temer e Bolsonaro: uma avaliação preliminar**. ResearchGate. set. 2019. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/336147850_A_economia_

PACHECO, Carlos Américo. **Fragmentação da Nação**. Campinas, SP: UNICAMP. IE, 1998.

PERROUX, François. Economic space: theory and applications. In: The Quarterly Journal of

Economics. The MIT Press, vol. 64, nº 1, February 1950, 89-104.

_____. A economia do século XX. Lisboa: Herder, 1966.

ROSSI, Pedro; MELLO, Guilherme. Choque recessivo e a maior crise da história: A economia brasileira em marcha à ré. **Nota do Cecon, IE/UNICAMP. Campinas**, 2017.

SANTOS, H. F. Modernização da agricultura e dinâmica do agronegócio globalizado no Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba. *Geografia em Questão*, v. 12, n. 1, p. 9-36, 2019.

SILVA, A.R.P. et al. Transformações Socioespaciais e Empecilhos ao Planejamento Urbano em Frutal-MG. In: TOMAZ, R.A.P. et al. **Gestão, Economia e Sociedade**. 1. ed. Uberlândia, MG: Regência e Arte Editora, 2020. v. 1, cap. 3, p. 39-50. ISBN 978-85-93598-24-1.

TAVARES, Maria da Conceição. **Acumulação de Capital e Industrialização no Brasil**. 3 ed., Campinas: Instituto de Economia/Unicamp, 1998.

ANEXO

Anexo 1 – IBGE Subsetores

IBGE Subsetor
Extrativa Mineral
Prod. Mineral Não Metálico
Indústria Metalúrgica
Indústria Mecânica
Elétrico e Comunic
Material de Transporte
Madeira e Mobiliário
Papel e Gráf
Borracha, Fumo, Couros
Indústria Química
Indústria Têxtil
Indústria Calçados
Alimentos e Bebidas
Serviço Utilidade Pública
Construção Civil
Comércio Varejista
Comércio Atacadista
Instituição Financeira
Adm Técnica Profissional
Transporte e Comunicações
Aloj Comunic
Médicos Odontológicos Vet
Ensino
Administração Pública
Agricultura

Fonte: MTE (2022)